

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CNM

FELIPE ADOLFO LIBÓRIO DE ARAÚJO

**A IMPLANTAÇÃO DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE A ZPE
DO PECÉM.**

FLORIANÓPOLIS, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA - CNM 5420
PROJETO DE MONOGRAFIA PARA EXECUÇÃO NO SEMESTRE 2014/2**

A implantação das Zonas de processamento de exportação para o desenvolvimento regional brasileiro: um estudo sobre a ZPE do Pecém.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina

Orientador: Prof. Dr. Francis Carlo Petterini Lourenço

FLORIANÓPOLIS

2014

FELIPE ADOLFO LIBÓRIO DE ARAÚJO

A implantação das Zonas de processamento de exportação para o desenvolvimento regional brasileiro: um estudo sobre a ZPE do Pecém

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas e a banca examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao aluno Felipe Adolfo Libório de Araújo na disciplina CNM7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho em XX/07/2014.

Presidente: Prof. Dr. Francis Carlo Petterini Lourenço

Membro: Prof. Dr. Francisco Gelinski Neto

Membro: Prof. M.e. Helberte João França Almeida

Florianópolis, 2014

Agradecimentos

Inicialmente agradeço a Deus por me proporcionar o Dom da Vida e a inteligência necessária para alcançar esse sonhado momento. Sem sua condução nos momentos mais obscuros, penso que não seria possível ultrapassar os empecilhos que se fizeram presente no decorrer do desenvolvimento desse trabalho e dessa graduação.

Agradeço infinitamente a minha mãe, Maria do Socorro Libório, por me educar e me conduzir da maneira mais firme possível. Obrigado pela persistência e por me fazer acreditar que tudo o que queremos podemos realizar, independente do esforço necessário. Obrigado por nunca desistir, sei que não foi tão fácil superar todas as preocupações que a fiz passar (apesar dos vários cabelos brancos que a fiz ganhar, hahaha). Enfim, obrigado pelo amor, carinho, compreensão, dedicação e pela lição de vida me passou. Obrigado por tudo que você pode me proporcionar e até mesmo pelo que não pode, sei que não foi por falta de vontade. Agradeço também ao meu padrasto Luiz Gomes, por todo apoio e carinho disponibilizado a mim e minha mãe.

A minha família, que se fez presente em todos os momentos da minha vida. Iniciando pela minha vó, que mesmo com sua “ignorância”, proferiu palavras de grande sabedoria quando resolvi partir para essa aventura. Ao meu Tio Said, por ter feito parte da minha formação e que em diversos momentos supriu o papel de pai, agradeço por todo apoio e por tudo que você me ensinou. Obrigado a minha tia Cecília, por toda amizade e por todo carinho a mim cedido. Obrigado a tia Inês, que hoje já não é tão presente, mas que me disponibiliza carinho e atenção em todos os momentos que tem oportunidade. Ao meu tio Fabio, que mesmo com suas limitações, tornou-se um elo de atenção e compreensão, tornando-me mais humano. Agradeço ao falecido Tio Reginaldo, por todos os ensinamentos esportivos e pelo carinho quando ainda estava em vida, sei que seria uma realização ver minha segunda formação.

Aos meus primos, que em todos os momentos foram muito mais que primos, foram irmãos que não tive. Na pessoa do Sr. Gustavo Libório, que me acompanhou em todas as loucuras e aventuras da infância e da juventude, desde o tempo de Mazika Hall (hahaha), até as boas porradas que dávamos no Iraúna, ou quando resgatávamos o mesmo jogado nas calçadas de Manaus (hahaha, agora o rapaz é um empresário de sucesso). Enfim, agradeço a todos, Thalita, Said, Iara, Beatriz, Iraúna, ahh, tem um moleque novo na área, o pequeno Davi. Valeu!

Agradeço aos meus amigos que foram parte fundamental da minha vida e da minha formação, pelo menos até mais essa conquista. Em nome do meu grande amigo Talmon Cavalcante, agradeço a todos. Ahh rapa, quase esqueci, agradeço também a minha grande amiga “Fran” (como ela gosta de ser chamada), por todo o carinho e atenção, desde o dia que eu pensei em vir me graduar na UFSC, até hoje.

Um especial e carinhoso agradecimento a Carol (nobre gordinha), que hoje é parte fundamental na minha vida e na condução desse trabalho, obrigado pelo companheirismo e por toda a paciência que teve comigo nos momentos que estive demasiadamente estressado, precisando de apoio.

Em nome de todos os professores que fizeram parte da minha formação, tanto na UFSC quanto na UFAM, agradeço ao nobre Dr. Francis Carlo Petterini Lourenço. Obrigado por ter acreditado que eu poderia realizar o trabalho e me ceder à oportunidade de sua orientação.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para mais essa conquista,
OBRIGADO!

Resumo

As políticas públicas adotadas pelo governo brasileiro para possibilitar o desenvolvimento, são questões de amplos debates entre lideranças regionais. A união de esforços de diversas frentes para então possibilitar o desenvolvimento regional, torna-se tema de diversos estudos. A partir do levantamento histórico sobre o processo de desenvolvimento industrial, passando pelos anos do Governo Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek, faz-se um levantamento sobre a importância da instalação de ZPEs no país. Quais motivações levaram a adoção do modelo como estratégia para o desenvolvimento e quais eram suas intenções. A par dessas constatações, foi de fundamental importância a análise dos dados disponibilizados por diversas instituições de estatística e de desenvolvimento, p.ex. IBGE, IPECE, IDECE, MTE etc. Os resultados apresentados mostram que o modelo é de fundamental importância na estratégia de desenvolvimento econômico e regional do Estado do Ceará e, especificamente para a região que compreende os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. Sendo assim, constata-se que os índices de desenvolvimento apresentam evoluções positivas a partir da implantação e do começo das operações industriais.

Palavras-chave: Zonas de Processamento de Exportação. ZPEs. Desenvolvimento regional, Caucaia, São Gonçalo do Amarante.

Abstract

The public policies adopted by the Brazilian government to enable economic development are issues of broad debate between regional leaders. Gathering efforts on many fronts to enable regional development have been the subject of many studies. Starting from a historical review on the industrial development process, then passing through Getúlio Vargas and Kubistchek governments, is shown the importance of setting up Export Processing Zones (EZPs) in Brazil. The main reasons that led to the adoption of the model as a development strategy and what are its intentions. As a result of these findings, data analysis published by the most important Brazilian statistics and development institutions has been crucial. (IBGE, IPECE, IDECE, MTE) The results presented show that the EZP model is crucial for the economic and regional development strategy of Ceará state, more specifically to the region which includes the cities of Caucaia and São Gonçalo do Amarante. Thus, the fact is that development index have been showing positive trends from the start of industrial operations.

Keywords: Export Processing Zones, Regional development, Caucaia, São Gonçalo do Amarante.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1- Posição Geográfica do CIPP	42
Figura 2 - Disposição da ZPE	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cronologia das ZPEs no mundo.....	24
Tabela 2 - Plano de Metas - Previsão e Resultados.....	29
Tabela 3 - ZPEs criadas até 1994.....	34
Tabela 4 - ZPEs criadas no âmbito da Lei 11.508/2007.....	34
Tabela 5 - Faturamento, mão-de-obra, e investimentos no Pólo Industrial de Manaus 2002-2007	39
Tabela 6 - Índice da Nacionalização e Regionalização da ZFM.....	40
Tabela 7 - Evolução do PIB na Região 2007-2012.....	49
Tabela 8 - Participação Setorial do PIB na Região - 2007-2012.....	50
Tabela 9 - Empregos formais por Setor econômico na Região - 2007-2012.....	51
Tabela 10 - Empregos formais por Sexo na Região - 2007-2012.....	52
Tabela 11 - Empregos formais por Faixa etária na Região - 2007-2012.....	53
Tabela 12 - Empregos formais por Níveis de escolaridade na Região - 2007-12.....	53
Tabela 13 - População residente na Região por sexo e situação de domicílio - 2007-2012.....	54
Tabela 14 - Densidade Demográfica e taxa de urbanização na Região 2000-2010.....	55
Tabela 15 - População por Faixa Etária na Região - 2007-2011.....	55
Tabela 16 - Número de domicílios na Região - 2000-2010.....	56
Tabela 17 - Número de domicílios na Região - 2000-2010.....	56
Tabela 18 - Domicílios com energia elétrica na Região 1991-2000-2010.....	56
Tabela 19 - Percentual da População atendida com coleta de lixo na Região - 2000-2010.....	56
Tabela 20 - Percentual dos domicílios atendidos com abastecimento de água pela rede Pública - 2000-2010.....	56
Tabela 21 - Percentual dos domicílios atendidos com esgotamento sanitário pela rede Pública - 2000-2010.....	57
Tabela 22 - Número de médicos/mil habitantes na Região - 2000 - 2004 - 2008 - 2009 - 2011.....	57
Tabela 23 - Número de enfermeiros/mil habitantes na Região - 2000 - 2004 - 2008 - 2009 - 2011	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Demonstração da evolução do PIB 2007-2012.....	49
Gráfico 2- Evolução do emprego formal em Caucaia	51
Gráfico 3- Evolução do emprego formal em São Gonçalo do Amarante.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAZPE	Associação brasileira das Zonas de Processamento de Exportação
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
CZPE	Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação
DL	Decreto Lei
EMAZP	Empresa Administradora da ZPE do Pecém
GV	Getúlio Vargas
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
IED	Investimento Externo Direto
II	Imposto de Importação
IPI	Imposto sobre produção industrial
ISI	Industrialização por substituição de importação
JK	Juscelino Kubistchek
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
NIC	Grupo de nações asiáticas
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Polo industrial de Manaus
PIS	Programa de Integração Social
PM	Plano de Metas
ZEE	Zonas Econômicas Especiais
ZPE	Zona de Processamento de Exportação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.2	OBJETIVOS	16
1.2.1	OBJETIVO GERAL.....	16
1.2.2	Objetivos Específicos	16
1.1.3	Justificativa.....	16
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO	18
2	METODOLOGIA.....	19
3	REFERENCIAL TEORICO	20
3.1	DEFINIÇÕES DE ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO.	20
3.1.2	A criação das zonas de processamento de exportação no mundo.	21
4	A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	25
4.1	CONTEXTO HISTÓRICO	25
4.1.1	Governo Vargas.....	27
4.1.2	Governo Juscelino Kubitschek	28
5	AS ZPES NO BRASIL	32
5.1	A CRIAÇÃO DAS ZPEs NO BRASIL.....	32
5.1.2	As pretensões das Zonas de Processamento de Exportação no Brasil.....	35
5.2	A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	36
5.2.1	A experiência da Zona Franca de Manaus.....	37
5.3A	IMPORTÂNCIA DA INSTALAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DO PECÉM.....	40
5.3.1	O Complexo Industrial e Portuario do Pecém.....	41
6	ANÁLISE DE DADOS REFERENTES AO CRESCIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DA ZPE.	48
6.1	ASPECTOS ECONÔMICOS.....	48
6.2	ASPECTOS SOCIAIS	54
7	CONCLUSÃO.....	60

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

O Brasil é um país que historicamente passa por problemas de desigualdades territoriais. Sendo assim, torna-se de fundamental importância políticas governamentais que possibilitem o desenvolvimento regional. Com vistas a solucionar os déficits causados pelo seu processo de industrialização, o Governo tem a necessidade de adotar medidas capazes de promover o desenvolvimento regional em outras áreas que se tornaram atrasadas, a partir da implantação do modelo de desenvolvimento industrial completamente concentrado nos grandes centros econômicos. O que causou uma grande disparidade econômica das grandes regiões do país.

Nesse cenário, as Zonas de Processamento de Exportação - ZPE, surgem como possibilidade para a industrialização e a liberalização comercial, podendo vir a ser uma boa estratégia para a promoção do desenvolvimento.

As ZPEs são modelos de distritos industriais que abrigam indústrias que produzem bens objetivando a exportação, elas operam com suspensão de impostos, liberdade cambial e gozam de procedimentos administrativos simplificados.

No Brasil, a criação das ZPEs se dá pelo Decreto-Lei N° 2.452, de 29 de julho de 1988 (BRASIL, 1988) que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs. Para traçar a orientação da política, estabelecer requisitos, analisar propostas, dentre outras atividades, o normativo criou o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE.

Atualmente, há um grande esforço por parte do Governo Federal em conjunto com alguns Governos Estaduais para a implantação e o pleno funcionamento das ZPEs que já foram homologadas no Brasil.

Em 2007, o referido Decreto-Lei foi regulamentado pela Lei n° 11.508/2007 de 20 de julho de 2007 (BRASIL, 2007), que manteve a competência do Conselho para definir as normas, os procedimentos e os parâmetros do programa, segundo os quais, os agentes envolvidos devem balizar suas ações e posteriormente alterada pela Lei n°. 11.732 de 2008. Para regulamentar a Lei n° 11.508/2007, foram publicados os Decretos n° 6.634/2008, que dispõe sobre o CZPE (BRASIL, 2008), e o n° 6.814/2009, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs (BRASIL, 2009).

A intenção dos países que adotam o modelo de ZPEs é consequência das necessidades econômicas e sociais de cada cenário nacional. Apesar do referido modelo obter sucesso para o desenvolvimento de muitas regiões isoladas territorialmente e no mundo, o Governo brasileiro ainda não conseguiu, de maneira satisfatória, a inserção no Brasil. Ainda há um amplo debate sobre a estruturação e os reais benefícios que seriam adquiridos com o modelo.

A necessidade de implantação de ZPEs no Brasil é motivo de discordância entre autoridades, sendo assim, surge um amplo embate em torno de sua eficiência, uma vez que a prática deste pode se tornar um fator de competição desigual com a Zona Franca de Manaus - ZFM e com os micros, pequenos e médios empresários, sendo que estes poderiam vir a ser prejudicados com as isenções que o governo cederia ao modelo. No que se refere a esta abordagem, existe uma relação direta entre a ZFM e as ZPEs, uma vez que as ZPEs constituem um tipo particular de zona franca, composta por uma parte comercial e uma parte industrial. Apesar de pertencerem à mesma família, existem diferenças essenciais, dentre elas: a característica da ZPE ter um sistema cambial dolarizado e comercializar prioritariamente com o exterior e a ZFM ter um sistema de conversão em moeda nacional, que desenvolve seu comércio prioritariamente no comércio nacional, com pouca inserção no comércio internacional; e ainda, que na ZPE são dispensa das licenças prévias e burocracias cambiais e na ZFM existe controle rigoroso sob as operações com o comércio exterior. (SOUZA, 2007)

Sendo assim, a forma de incentivo que será oferecida àqueles que se enquadrarem na sistemática destas, faz com que indagações e receios se façam presentes. Usando esse argumento, a deputada federal Dr^a. Clair (PT-PR, CONGRESSO, 2008), afirmou: "Se dermos todos esses benefícios a essas grandes empresas, que desequilíbrio não podemos gerar em relação às empresas brasileiras?", questionou referindo-se aos incentivos fiscais previstos para o modelo. Além desses questionamentos, também manifesta preocupação quanto à situação das empresas nacionais diante da criação das ZPEs. Segundo a deputada do PT-PR, "Essas empresas estrangeiras vão ter benefícios fiscais e podem sair do Brasil a qualquer momento", ponderou. A criação das ZPEs dá lugar a outras discussões positivas, tais como a redução da carga tributária das pequenas empresas do País, reformas de caráter político- econômico que promovam a infraestrutura funcional dos agentes econômicos (Estado, empresas, consumidores, etc.) e causem efeitos positivos dentro e fora dessas zonas.

Nesse sentido, quando empresas instaladas nas ZPEs vendem para o exterior, não há concorrência. Segundo Helson Braga (ABRAZPE), não há competição desigual, pois "Elas (empresas) só concorrem quando vendem para o mercado interno. Nesse caso, todos os 49

impostos sobre o produto incidem normalmente". "Quanto ao reflexo das isenções fiscais na arrecadação do governo e uma possível resistência da Receita Federal, esta, como instituição, não tem posição contrária às ZPEs", segundo Helson Braga (ABRAZPE). Para o deputado Walter Barelli (PSDB-SP, CONGRESSO, 2008), por sua vez, "Não se pode falar em perda de arrecadação quando a arrecadação não existe. Além de atrair investimentos externos, a instalação das ZPEs visa a geração de empregos, o fortalecimento da balança de pagamentos e a promoção do desenvolvimento regional.

Tomando por base a experiência exitosa experimentada em países que desenvolveram o modelo de forma a alavancar suas economias, será feita uma análise do potencial benefício que a aquisição e o bom desenvolvimento deste poderá trazer para o Brasil, especificamente para a região do Pecém, a primeira localidade que podemos analisar concretamente, visto que o governo do estado do Ceará está trabalhando de forma célere e coesa para a implantação em seu território. Além de toda a função de integração territorial e difusão tecnológica que poderemos experimentar.

O estudo tratado nesta monografia abordará a importância da implantação da ZPE do Pecém, mostrando os benefícios econômicos e sociais que a região poderá receber com a industrialização, a criação de novos empregos e a promoção à transferência tecnológica.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral é analisar a implantação de Zonas Econômicas Especiais - ZEEs, dentre as quais se enquadram as ZPEs brasileiras, como estratégia de desenvolvimento territorial. Objetivando analisar os benefícios proporcionados com a implantação da ZPE do Ceará, que está localizada no município de São Gonçalo do Amarante, região metropolitana de Fortaleza, terminal portuário de Pecém.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Conceituar Zonas de Processamento de Exportação, a partir da revisão do referencial teórico existente sobre o desenvolvimento de ZPEs no mundo.
- Identificar as motivações que podem levar uma região a adotar uma ZPE.
- Avaliar a motivação da adoção das ZPEs no Brasil.
- Caracterizar a ZPE do Pecém e analisar dados referentes ao desenvolvimento da região a partir da implantação.

1.1.3 Justificativa

A proposta deste trabalho poderá contribuir de forma a esclarecer as dúvidas que surgem acerca da problemática da aquisição das ZPEs para o desenvolvimento regional brasileiro e a implantação deste em regiões que são consideradas distantes dos grandes centros econômicos do país.

Será feita uma abordagem sobre a realidade da instalação da ZPE do Pecém para promoção do desenvolvimento econômico da região ao qual foi instalada, buscando identificar os principais benefícios que os modelos de desenvolvimento regional trouxeram para as regiões em que se estabelecem, como por exemplo, a Zona Franca de Manaus; dessa forma, o trabalho torna-se de fundamental importância para enriquecer o debate acadêmico e social acerca da discussão e adoção do desenvolvimento de ZPEs no Brasil.

Avaliando os benefícios que a aquisição do modelo poderá ter para economia brasileira, serão analisados os impactos positivos que este poderá trazer para o balanço comercial brasileiro, a partir do aumento do volume de exportações, a promoção à transferência e a difusão tecnológica, aumento na capacidade produtiva, criação de novos postos de trabalho e

desenvolvimento regional, baseado no que já foi realizado em outros países em que o modelo foi instalado e obteve êxito. Partindo desses fundamentos, será elaborado um levantamento de dados dos benefícios sociais e econômicos que o processo de industrialização e comercialização proporciona para o desenvolvimento do território e geração de riqueza para a população, contribuindo para a redução dos desequilíbrios regionais.

Os países que adotaram o modelo das ZPEs, experimentam um grande crescimento através do avanço de suas exportações, a partir daí, podemos observar a diminuição dos índices de desigualdade regional desses territórios. Para a Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação - ABRAZPE, o sucesso das ZPEs no mundo pode ser traduzido através de números robustos, estima-se que hoje existam cerca de 3.000 Zonas Econômicas Especiais (ZEE, designação genérica para uma série de diferentes modalidades de zonas livres) em 135 países, com cerca de 20% destas em países desenvolvidos e o restante em 119 países em desenvolvimento e de economias em transição. Em sua totalidade, elas respondem por mais de 68 milhões de empregos diretos e por algo acima de 40% de toda a exportação mundial (dados de 2008), com agregação de valor a produtos básicos diversos, em montante ao redor de US\$ 500 bilhões/ano.

Tendo a percepção que o Brasil é um país muito extenso em termos territoriais, populacionais e comerciais, o que acarreta dificuldade de conhecimento e entendimento econômico sobre temas específicos, este trabalho, visa uma melhor compreensão sobre as ZPEs e a importância da implantação desse modelo para a economia do país.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O primeiro capítulo contém o tema e o problema da pesquisa, os objetivos – gerais e específicos – e a justificativa do trabalho. Tem caráter introdutório para o leitor saber descrevê-lo.

O capítulo dois apresenta a metodologia em que foi baseada a pesquisa.

O capítulo três consiste na elaboração do referencial teórico. Este, visa fazer um apanhado geral do que são as ZPEs e quais são as motivações que levam um país a adotar o modelo como estratégia de desenvolvimento, serão usadas abordagens de diversos autores que pesquisam o tema como referência.

O capítulo quatro traz uma abordagem sobre o processo de industrialização brasileiro no período que compreende os governos Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) e o Governo Juscelino Kubistchek (1954-1961). O referido capítulo tem a intenção de elucidar a evolução do processo de industrialização brasileiro e quais suas consequências no desenvolvimento das regiões brasileiras.

O capítulo cinco, descreve a abordagem sobre a importância da implantação das ZPEs no Brasil, quais os motivos impulsionaram a adoção do modelo e os benefícios que este poderia trazer para economia. Serão vistos os modelos de desenvolvimento regionais brasileiros e como esses buscam o melhor desempenho nas suas respectivas regiões, estabelecendo a maior dinâmica econômica, a criação de novos postos de trabalho, maior produção industrial, qualificação de mão de obra e maior oferta de infraestrutura.

No capítulo seis, são considerados os fatores que beneficiarão a economia regional a partir da implantação do Complexo CIPP e da ZPE Pecém, através de uma análise de dados que visa à melhor compreensão de como o modelo dinamizou o crescimento econômico e tende a possibilitar o melhor desenvolvimento regional.

O capítulo sete apresenta as considerações finais da pesquisa.

2 METODOLOGIA

No presente trabalho, para que haja a compreensão de como ocorre o desenvolvimento econômico e social de áreas de maior isolamento territorial, através da adoção de modelos de industrialização e comércio, é importante descrever a metodologia que deverá ser adotada para desenvolver a pesquisa. Marconi e Lakatos (2006) definem metodologia como:

O conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, permite alcançar o objetivo conhecimentos válidos e verdadeiros –traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando decisões do cientista. (MARCONI E LAKATOS, 2005, p.83)

Baseado na sistemática apresentada por Lakatos e Marconi, está descrito a seguir a metodologia que foi adotada na execução deste trabalho.

A pesquisa proposta neste projeto é classificada como exploratória. Vergara (1997) acrescenta que a pesquisa exploratória é utilizada em situações onde o conhecimento sobre o assunto é pouco. Gil (1991) concorda com Vergara e acrescenta que a pesquisa exploratória visa aprimorar ideias e descobrir instituições.

Para Gil (1987), esse tipo de pesquisa é a que apresenta menor rigidez no planejamento, envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

Serão utilizados como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e documental em livros, artigos, periódicos e internet relacionados ao tema, além de relatórios emitidos por órgãos governamentais (MDIC, SUDAM, ABRAZPE, Ministério da Fazenda, MTE, etc.) e outras instituições envolvidas com o tema.

3 REFERENCIAL TEORICO

3.1 DEFINIÇÕES DE ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO.

As ZPEs podem ser caracterizadas de várias maneiras. Para isso, são usados diferentes termos para defini-las, conforme aborda Engman, tais como Zonas Francas, Zonas Livres, Zonas Econômicas Especiais, e Maquiladoras, estes termos são constantemente encontrados na literatura que trata sobre o modelo. (ENGMAN et al., 2007, p. 10)

- Zonas Francas (especialmente encontradas na América do Sul, Espanha e França);
- “Maquiladoras” (México, América Central e Caribe);
- Zonas de Processamento de Exportação (Brasil, Irlanda, Taiwan);
- Zonas Econômicas Especiais (China, Índia, Rússia, Ucrânia);
- “Industrial Development Zones” (África do Sul);
- “Foreign-Trade Zones” (Estados Unidos);
- “Industrial Development Zones” (Austrália)

As diferentes nomenclaturas das Zonas são definidas de acordo com os objetivos pretendidos pelas economias que as adotam. Elas são adotadas para todos os setores, podendo ser específicas para o comércio, para a indústria ou para serviços. O maior número de experiência que se tem conhecimento é com modelos de industrialização, que prioritariamente produzem para o comércio exterior.

Os países que adotam o modelo de ZPE, normalmente instalam suas indústrias em áreas costeiras com bom acesso a portos e aeroportos. Dessa forma, tornam o modelo mais atrativo aos investidores estrangeiros e empresas multinacionais, que prioritariamente estão interessados em reduzir seus custos de produção, custo logístico para o escoamento tornando seu produto mais competitivo no cenário internacional. Dentro desse conceito, pode-se citar um estudo elaborado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 1985, p.4), que define as ZPEs;

“Ilhas industriais que formam enclaves dentro do território aduaneiro nacional e que usualmente estão situadas nas imediações de porto e/ou aeroporto internacional. A totalidade da produção dessas zonas é normalmente destinada à exportação de matéria prima, produtos intermediários e os equipamentos e

maquinário necessários à produção não estão sujeitos ao pagamento de tributos aduaneiros”. (LINDNER, 1993, p.16)

Sendo assim, é imprescindível ao bom funcionamento de uma ZPE que a mesma ofereça uma série de facilidades de ordem estrutural, como a proximidade a portos e aeroportos, facilidade de transporte, construções industriais padronizadas e serviços de suporte, nesses, incluídos o fornecimento de água, energia e telecomunicações, além de outros suportes sócio comerciais, como bancos, agentes marítimos, seguradoras, postos de saúde, restaurantes, agências de controle alfandegário etc.

Os produtos que são destinados à exportação, devem ter menor incidência de tributos, isso se deve ao fato de atualmente ser bem grande a concorrência pelo mercado internacional, de forma que os produtos com preços altos, devido a impostos, não conseguem obter vantagens em relação a outros produtos comercializados. Por esse motivo, os principais países exportadores não tributam ou desoneram com algum tipo de benefício suas exportações (Maia, 2007). As ZPEs atuam com liberdade cambial e tributária, sendo concedidos assim, a isenção de diversos impostos que possa extinguir a competitividade desse modelo. Com o objetivo de estimular as exportações, diversos países têm criado as ZPEs. Conforme Maia (2007) define a forma de tributação dessas zonas;

As ZPEs são áreas geográficas com limites definidos. Elas gozam dos benefícios da extraterritorialidade, isto é, são isentas de impostos internos e sua produção é considerada como se tivesse sido efetuada no exterior. Portanto, são áreas de livre comércio com o exterior. (MAIA, 2007, p. 35).

3.1.2 A criação das zonas de processamento de exportação no mundo.

Em 1958, o governo Irlandês decidiu financiar a propriedade industrial e abrir mão dos impostos de importação de matéria-prima, com o objetivo de alavancar o seu desenvolvimento industrial e de estimular a transferência de tecnologia, a diversificação de produtos e o aumento de emprego, contendo, assim, a emigração. Para isso, criou-se em torno do aeroporto de Shannon, a primeira Zona de Processamento de Exportações que se tem historicamente conhecimento. (RYAN, 2002, pág. 22)

Segundo Ryan (2002), a opção pela criação de uma ZPE deve-se às seguintes razões:

- Dificuldade de atração de manufaturados, dado que a Irlanda não tinha reputação Industrial;
- Independência do orçamento Irlandês em relação aos impostos de importação;

- Existência de Serviço Alfandegário preparado e capaz de absorver o treinamento necessário para fiscalizar os investidores estrangeiros e suas importações; e
- Inexistência de investimentos externos, de modo que a isenção dos impostos Corporativos, durante 10 ou 15 anos, não impactaria a economia.

O governo forneceu fábricas padronizadas com todos os serviços ligados, de modo que os investidores pudessem alugá-las, instalar o maquinário e começar a produzir imediatamente. Além disso, a autoridade das ZPEs passou a agir como facilitador do processo, removendo qualquer obstáculo burocrático. (RYAN,2002, pág. 23)

Em resumo, as Zonas de Exportações permitiram à Irlanda migrar de uma economia agrícola para uma de alta tecnologia industrial. Desde sua criação, mais de 110 companhias escolheram investir em Shannon, com mais de 10 milhões de empregados.

Ainda na década de 60, os países asiáticos e alguns países da América Latina, começam a desenvolver suas ZPEs, os primeiros impulsionados pelo desenvolvimento de “Kandl EPZ”, instituída pelo Governo da Índia, em 1965.

No México, o modelo de ZPEs foi caracterizado pela implantação das “maquiladoras”. A partir do ano 1960 o governo mexicano impulsionou um novo modelo de fábrica manufatureira com o objetivo de industrializar o país.

Na Coréia do Sul, duas ZPEs foram instaladas em 1970 e 1973, a primeira chamada de “Masan EPZ”, inserindo no mundo as primeiras da "Geração Asiática". Ao longo da mencionada década, o país passou por um extenso processo de implantação da indústria pesada. Além disso, um rápido aprendizado tecnológico possibilitou o surgimento da siderurgia e da construção naval, como setores de exportação, já na segunda metade da década.

Na China, após a reforma do líder Deng Xioping em 1978, os dirigentes chineses sabiam que era necessário criar condições para o desenvolvimento econômico, sem pôr em causa a estabilidade alcançada e o modelo político existente. O país começou a se transformar social e economicamente e em 1979, estabeleceu as ZEEs, com o objetivo de absorver o capital, tecnologia e o modelo de administração dos países ocidentais. Durante os anos 1980 e 1990, a China implementou ambiciosa estratégia de crescimento, orientada para as exportações. Sendo assim, o governo estimulou a entrada de investimento estrangeiro e promoveu o crescimento industrial. O governo chinês definiu que possibilitaria essas modernizações através de uma política de abertura ao exterior, abertura que seria planejada, controlada e gradual.

Uma série de questões políticas envolve a formação das ZEEs. A necessidade de se promover reformas decorria da urgência de se alterar as condições sociais, já que a pobreza

tinha atingido níveis que se poderiam tornar politicamente insustentáveis. Do ponto de vista de política externa, havia também que dar uma nova face à China, uma face mais adaptada à nova ordem mundial.

As ZEEs foram transformadas em Zonas de Desenvolvimento Tecnológico (ETDZ), com vistas ao estímulo da absorção de tecnologia. Em 1994, já existiam 33 zonas de desenvolvimento tecnológico no território chinês, alcançando 56 em 2004.

Sendo assim, as ZEEs chinesas permitiram a delimitação dos espaços geográficos da China, em contato com o exterior. Mas estas áreas seriam, simultaneamente, zonas que absorviam o que o exterior tinha de positivo e o que era necessário à reforma econômica da China: capitais, conhecimento, tecnologia, mão-de-obra qualificada. Era objetivo das zonas econômicas atrair investimento estrangeiro, produzir para a exportação, desenvolver o comércio exterior chinês, criar postos de trabalho.

De acordo com a Federation of Indian Chambers of Commerce & Industry (2012), as Zonas de Exportação tiveram um papel importante no crescimento da economia chinesa, empregaram aproximadamente 16 milhões de pessoas. As indústrias mais importantes estabelecidas nessas áreas são têxteis, vestuário, logística e alta tecnologia, química e farmacêutica.

Arrighi (2008, pág. 209), enfatiza as enormes quantias de investimento no desenvolvimento de novos setores, que a criação de ZPEs na China possibilitaram para a modernização da educação superior e no aumento de sua abrangência, e principalmente em grandes projetos de infraestrutura, sem comparação em nenhum país de renda per capita semelhante.

Em 1988, a China contava com quinze ZPEs. Em 1997, o número dessas ZPEs cresceu para 124, e as exportações aumentaram, no período, vinte e cinco vezes saltando para US\$ 250 bilhões. Para efeito comparativo, no mesmo período as exportações do Brasil cresceram pouco mais de quatro vezes, passando de US\$12,7 bilhões para US\$53 bilhões.

Hoje, a China conta em seu território com 230 ZPEs em pleno funcionamento, obtendo taxas de crescimento anuais bem superiores as observadas no Brasil. Tyler e Negrete (2009) mostraram que tais efeitos para a economia chinesa foram excelentes sobre a distribuição de renda e o seu crescimento per capita, mesmo que esses resultados estejam longe do ideal, uma vez que a economia ainda sofre com forte intervenção do governo, enquanto o Brasil continua em operação apenas com a Zona Franca de Manaus-ZFM, criada em 1967. A ZFM acomoda

indústrias nacionais e transnacionais especializadas em fabricar produtos que são vendidos basicamente para o mercado interno brasileiro (FIAS, 2008). Além da ZFM, o Brasil tem 23 projetos de ZPEs em diferentes estágios pré-operacionais, dentre esses projetos a destaque a ZPE do Pecém, que atualmente encontrasse em início de suas atividades.

A tabela 1 a seguir mostra a cronologia da criação de ZPEs no mundo.

1959	Surgiu na Irlanda
Anos 60	Criação na Ásia e América Latina
Anos 70	Alcançam 79 em 25 países
Anos 80 e 90	Rápida expansão em muitos países
Atualmente	Alcançam 3.500 em 130 países, gerando 66 milhões de empregos diretos

Fonte: Ryan, 2002. Elaborado pelo autor.

4 A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO

No início do século XX, quando se experimentou o início do declínio da economia cafeeira e a explosão da crise de 1929, o Brasil começa a ter os primeiros indícios de um modelo industrial mais consistente. O país que no momento se apoiava no modelo primário-exportador, passa a ter a necessidade de modificar sua matriz econômica.

A partir 1929-1930, após o crash da bolsa de Nova York, muitos cafeicultores passaram a investir parte dos lucros obtidos com a exportação do café no estabelecimento de indústrias, que se instalaram prioritariamente na região do café. Conforme Sergio Silva (1981) analisa, a economia cafeeira é o principal centro de acumulação de capital no Brasil durante o período. É na referida região, formada basicamente pelos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, e, principalmente, São Paulo, que o desenvolvimento das relações capitalistas é mais acelerado e é aí, que se encontra a maior parte da indústria nascente brasileira. (SILVA, 1981, pág. 234)

O período de formação da industrialização brasileira, é tema de amplos estudos e diversas análises. Diante disso, podemos observar uma série de definições que passam por diversos autores sobre a implantação da indústria no país.

Segundo TAVARES (1983), a Grande Depressão foi um momento de ruptura com o modelo primário-exportador da economia brasileira em favor de um modelo de desenvolvimento voltado para o mercado interno.

O conceito de substituição de importações, além de significar o início da produção interna de um bem antes importado, denota também uma mudança qualitativa na pauta de importações do país. Conforme aumenta a produção interna de bens de consumo anteriormente importados, aumenta também a importação de bens de capital e de bens intermediários necessários para essa produção. Além disso, dentro do modelo de industrialização por substituição de importações, muitas vezes a produção interna de um produto novo não estava, a rigor, “substituindo importações”, na medida em que aquele produto não era importado anteriormente [...] (TAVARES, 1983, pág. 134)

A industrialização brasileira, então, é formada pela necessidade que o país tem de modificar o modelo importador de produtos, e iniciar a sua produção, formando assim a nova fase econômica, denominada industrialização por substituição de importação - ISI. Segundo MELLO (1991),

a ISI desencadeia-se nos países mais importantes da América Latina, a partir da ruptura do ajuste, entre uma estrutura de oferta dual e uma estrutura de demanda global, pela defesa do nível de renda, promovida, de uma ou de outra maneira, pela política econômica do Estado. Com isso, os preços relativos se alteram violentamente em favor da produção industrial interna, tornando excepcional a rentabilidade dos investimentos industriais [...] (MELLO, 1991, p.123)

Sendo assim é necessário distinguir processo de ISI em duas fases, conforme define JMC de Mello;

a primeira denominada como industrialização extensiva, onde a substituição ocorre na faixa dos bens de consumo corrente, de alguns produtos intermediários e bens de capital, cuja tecnologia exige baixa densidade de capital, e, mesmo, de bens de consumo duráveis “leves, produzindo-se um “alargamento de capital”, com uso abundante de mão de obra e expansão horizontal do mercado. Na segunda fase, o autor denomina como industrialização intensiva, onde a substituição envereda pelos bens de produção “pesados” e pelos bens duráveis de consumo de alto valor unitário, quando, então, a utilização de técnicas intensivas de capital diminuiria o ritmo do crescimento do emprego industrial, dando lugar a uma expansão vertical do mercado, por meio do aumento da concentração de renda. (MELLO, 1991, p. 134)

De acordo com o que Suzigan (1986) observa, o desenvolvimento industrial no Brasil apresenta três fases distintas.

A primeira compreende todo o período até o final dos anos 20 e caracteriza-se pela predominância da defesa dos interesses dos setores comercial e agrícola (e dos cafeicultores em particular, via programas de valorização do café), com pouco ou nenhum interesse em promover a industrialização no país. A segunda abrange o período dos anos 30 e meados dos anos 50, quando a política econômica passou a comportar medidas esparsas de apoio ao crescimento da produção industrial, mas ainda com forte apoio ao setor agrícola (principalmente café) que encontrava-se em colapso, com a crise de 1929. Então, a partir de 1957, quando o país passa a ter a necessidade de promover o desenvolvimento industrial. A partir de então, cria-se uma política deliberada de industrialização [...] (SUZIGAN, 1986, p. 234)

Contudo, no que se refere à formação industrial brasileira, pode-se destacar que nos governos Getúlio Vargas 1930-1945, e 1951-1954, e no governo Juscelino Kubistchek 1956-1961, vivemos os maiores impulsos para a industrialização já experimentados na economia.

4.1.1 Governo Vargas

Conforme foi abordado no capítulo anterior, foi durante os períodos que compreendem os governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek que a economia brasileira vivenciou grande transformação, seja na infraestrutura, ou no processo de industrialização.

Sem dúvida, um dos maiores legados do varguismo foi a implementação de um projeto desenvolvimentista baseado na forte presença do Estado em áreas consideradas cruciais para o desenvolvimento do país. Atuando como regulador ou empreendedor de certas atividades econômicas, a intervenção estatal tinha por objetivo estimular a industrialização e modernização do país. Vargas teve como objetivo principal efetivar a industrialização, privilegiando as indústrias nacionais, para não deixar o Brasil cair na dependência externa. Com leis voltadas para a regulamentação do mercado de trabalho, medidas protecionistas e investimentos em infraestrutura, a indústria nacional cresceu significativamente nas décadas de 1930-1945 (período do primeiro governo Vargas). Porém, este desenvolvimento continuou restrito aos grandes centros urbanos da região sul e sudeste do país, provocando grande disparidade regional. (CANCIAN, 2013)

Este tipo de política desenvolvimentista começou a ser posta em prática na década de 1930, e praticamente todos os governos que vieram depois adotaram algum tipo de planejamento econômico conferindo ao Estado papel preponderante e central. Foi com esse objetivo que, em seu segundo mandato, Vargas elaborou uma política desenvolvimentista baseada no fortalecimento da indústria de base: siderurgia, petroquímica, energia e transportes. (CANCIAN, 2013)

É importante ressaltar, que a ação do Estado em favor da industrialização nesse período, não obedeceu a uma estratégia de desenvolvimento industrial, isto só viria a ocorrer a partir da segunda metade da década de 1950. (LACERDA, 2010, p. 188)

No primeiro ano do segundo governo Vargas (1951-1954), os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se criar um sistema econômico autônomo, independente do sistema capitalista internacional. Isso significava dar ao Estado um papel importante como regulador da economia e como investidor em áreas estratégicas, petróleo, siderúrgica, transportes, comunicação, energia etc. De acordo com a abordagem com Fausto (1995), o país vivenciou a implantação de grandes projetos estruturais, projetos energéticos, sistema de transporte, que contavam prioritariamente com a abertura ao crédito externo.

A partir de então, tratou-se de ampliar a oferta de energia para o Nordeste e equacionou-se o problema do carvão nacional, houve o reequipamento parcial da marinha mercante e do sistema portuário. Em 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), diretamente orientado para o propósito de acelerar o processo de diversificação industrial. (FAUSTO, 1995). Vargas estabeleceu o monopólio estatal sobre o petróleo, a partir de uma campanha de cunho nacionalista que recebeu forte apoio popular. A campanha foi denominada de "O petróleo é nosso", e conseguiu galvanizar o apoio do povo ao governo federal. A partir dela, criou-se a empresa estatal Petrobrás, que monopolizou as atividades de exploração e refino de todas as reservas de petróleo encontrado em território brasileiro.

Diante dos avanços conquistados nos Governos Vargas, podemos observar que o país passou a ganhar a ossatura necessária para posteriormente, desenvolver de forma concisa seu processo de industrialização. A partir dessas constatações, podemos observar que o Estado atuou fortemente como principal fomentador da atividade econômica brasileira, criando, então, subsídios para o pleno funcionamento da atividade econômica.

4.1.2 Governo Juscelino Kubitschek

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 -1960), o desenvolvimento industrial brasileiro ganhou novos rumos e feições. A partir do trabalho de levantamento de dados do Grupo Misto BNDE - Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), elaborado ainda no segundo governo Vargas, que mostrou quais eram os principais pontos de estrangulamento da economia brasileira. O governo JK, então, formulou um audacioso Plano de Metas, que posteriormente foi considerado um caso bem sucedido de formulação e implementação de planejamento. Para Lacerda, Além dos amplos projetos estatais de infraestrutura, o Estado conseguiu articular grandes somas de investimentos privados de origem externa e interna, destinadas a áreas como indústria automobilística, construção naval e construção aeronáutica, tomando como exemplo apenas os setores em que o transbordamento dos efeitos interindustriais das cadeias produtivas, a montante e a jusante, são extremamente importantes. (LACERDA, 2010, p. 156)

De acordo com as colocações de Lacerda, o governo articulou um planejamento econômico suficientemente liberal para se apropriar das condições de desenvolvimento que poderiam ser desenvolvidas a partir do maior volume de investimentos.

O governo utilizou o instrumental do planejamento, técnica então recém-introduzida no país, para sintetizar sua proposta política de desenvolvimento industrial acelerado. No contexto mundial de então, a ideologia

desenvolvimentista, verdadeiro sinônimo de industrialização, havia se tornado a chave e a palavra de ordem para escapar do chamado subdesenvolvimento. (A. LACERDA, 2010, p. 236)

Diferentemente do projeto nacionalista de Vargas, havia uma clara aceitação da predominância do capital externo, limitando-se o capital nacional ao papel de sócio menor desse processo. Os grandes investimentos estatais em infraestrutura, bem como as empresas estatais do setor produtivo, estariam a serviço da acumulação privada.

O Plano de Metas proposto por JK para o período 1956-1960 continha um conjunto de 31 metas, incluída a meta-síntese: a construção da nova capital no interior do país, Brasília. Esta última, considerada de fundamental importância para a integração do território, consistia no deslocamento da capital do Brasil para o centro do país. (LESSA, 1991, 124)

Tratava-se de um ambicioso conjunto de objetivos setoriais que, segundo Lessa,

[...] constituiu a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país [...] e conferia prioridade absoluta à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital social básico de apoio a esta estrutura. Daria continuidade ao processo de substituição de importações que se vinha desenrolando nos dois decênios anteriores. (LESSA, 1981, p. 125)

Os setores de energia, transporte, siderurgia e refino de petróleo receberiam a maior parte dos investimentos do governo. Subsídios e estímulos seriam concedidos para expansão e diversificação do setor secundário, produtor de equipamentos e insumos com alta intensidade de capital. Para a implementação efetiva do Plano, especialmente nos aspectos de responsabilidade do setor privado, foram criados grupos executivos, colegiados que congregavam representantes públicos e privados para a formulação conjunta de políticas aplicáveis às atividades industriais. Os grupos mais conhecidos e atuantes foram os grupos executivos da indústria automobilística (Geia), da construção naval (Geicon), de máquinas agrícolas e rodoviárias (Geimar), de indústria mecânica pesada (Geimap), de exportação de minério de ferro (Gemf), de armazenagem (Comissão Consultiva de Armazéns e Silos) e de material ferroviário (Geimf). (LESSA, 1981, p 146)

Conforme mostra a tabela 2, algumas das prioridades impostas pelo Plano de Metas não conseguiram ser alcançadas, mas outras, além de serem alcançadas, foram até mesmo superadas.

Tabela 2: Plano de Metas – Previsão e Resultados (1957-1961)

META	PREVISÃO	REALIZADO	%
Energia Elétrica (1.000kw)	2000	1.650	82
Carvão (1.000 ton.)	1000	230	23
Petróleo Produção (1.000 barris/dia)	96	75	76
Petróleo Refino (1.000 barris/dia)	200	52	26
Ferrovias (1.000 km)	3	1	32
Rodovias – Construção (1.000 km)	13	17	138
Rodovias – Pavimentação (1.000 km)	5	-	-
Aço (1.000 ton.)	1.100	650	60
Cimento (1.000 ton.)	1.400	870	62
Carros e caminhões (1.000 un.)	170	133	78
Nacionalização (carros - %)	90	75	-
Nacionalização (caminhões 0 %)	95	74	-

Fonte: Banco do Brasil, Relatório anual estatístico, vários anos. Elaborado pelo autor.

O processo de industrialização se daria com a implantação da indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.), e de bens intermediários (combustíveis líquidos, siderurgia, alumínio, papel e celulose, etc.). A construção de Brasília levou também à implantação de uma ampla rede de transportes que a interligaria aos principais centros urbanos do Brasil. (LACERDA, 2010, pág. 234)

Com base no Plano de Metas do governo Kubitschek, a partir da segunda metade da década de 50, foi implementada a segunda fase do processo de industrialização no Brasil com a produção de bens de consumo duráveis como o setor mais dinâmico da economia brasileira. (LACERDA, 2010, pág. 254)

Conforme coloca Brum (1984), a implantação da indústria automobilística na segunda metade da década de 1950, representou o passo mais importante industrialização no Brasil, seguido da indústria de eletrodomésticos e eletroeletrônica. Sugere-se que a indústria de bens de consumo duráveis é altamente sofisticada porque exige elevado volume de capital, tecnologia avançada, mão-de-obra especializada, produção em massa e alta capacidade gerencial.

A tendência “é a concentração espacial e pessoal da propriedade, da riqueza, do capital e da renda. Destina-se ao consumo da parte da população que tem poder aquisitivo relativamente alto, o que no Brasil corresponde apenas a uma escassa minoria” (BRUM, 1984, p. 55).

JK, então, abriu a economia para o capital internacional, atraindo indústrias multinacionais. Foi durante este período, que ocorreu a instalação de montadoras de veículos

internacionais (Ford, General Motors, Volkswagen e Willys) no território brasileiro, especialmente nas regiões sul e sudeste do país.

Contudo, o Plano de Metas optou por outra via de desenvolvimento para dinamizar a economia, aprofundando a substituição de importações dos bens de consumo duráveis. Estratégia essa, não buscada pelo governo Vargas, mas agora simpática à estratégia nacionalista. Assim, o capital internacional participa do processo de industrialização nacional por meio de investimentos privados externos concentrados nos setores de bens de consumo duráveis. (ARENDR, 2009, pág. 79)

Os desequilíbrios regionais se acentuaram durante o governo Kubitschek porque o esforço de industrialização do Brasil concentrou-se no Sudeste do país. O crescimento econômico dava-se predominantemente nessa área, enquanto as outras regiões do país atrasavam-se visivelmente; “o governo Juscelino Kubitschek acreditava que seria possível realizar o desenvolvimento do Brasil a partir de um centro dinâmico único (no caso, São Paulo). O dinamismo desse centro, em círculos concêntricos cada vez mais amplos, acabaria por contagiar as outras áreas e regiões do país (BRUM, 1984, p. 67).

Contudo, podemos observar que o Estado brasileiro tem uma densa participação como de mentor da política de desenvolvimento nacional de 1930 a 1970 durante os governos de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek e nos primeiros anos dos governos militares.

5 AS ZPES NO BRASIL

5.1 A CRIAÇÃO DAS ZPEs NO BRASIL

Em 1988, quando o país passava por forte inflação, grande desconfiança no cenário internacional e falta de credibilidade da população com o governo, fatores motivados pelos desequilíbrios macroeconômicos causados nos governos anteriores, o então Presidente da República, José Sarney, com a percepção que a política econômica brasileira precisava estar pautada nas necessidades do desenvolvimento da nação, observou que se tornava de fundamental importância que o Governo adotasse medidas capazes de solucionar os problemas estruturais que o país passava.

Valendo-se do patrimônio acumulado pela atuação diplomática brasileira, resolveu adotar algumas políticas de desenvolvimento territorial que tinham obtido relativo sucesso em diversas localidades. E, após uma viagem à China em 1988, quando se deparou com a enorme mudança por qual havia passado aquele país, ele voltou convencido de que o milagre econômico chinês vinha de um dos grandes instrumentos adotados para o desenvolvimento: as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs).

De volta ao Brasil, ele então mobilizou o governo e criou o decreto-lei 2.452 de 29 de julho de 1988 (BRASIL, 1988), que dispunha sobre a regulamentação e criação das ZPEs. No âmbito do referido DL, ficou estabelecido a criação do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE, composto por Ministros de Estado, ao qual competirá analisar as propostas de criação, analisar e aprovar os projetos industriais, traçar a orientação superior da política das ZPE, aplicar as sanções de que tratam os itens I, II, IV e V do artigo 24, que decreta as penalidades que podem ser aplicadas caso as empresas instaladas nas ZPEs passem a não cumprir com obrigações anteriormente previstas, como advertência, multa, perdimento de bens, interdição do estabelecimento industrial, cassação da autorização para funcionar.

O decreto número 2.452/88 (BRASIL, 1988) em seu artigo 6 estabeleceu que, no ato de apresentação de projeto ao CZPE para instalação em ZPEs, a empresa deve firmar compromisso de realizar gastos mínimos no país, tanto na fase de instalação como na de operação, com a aquisição de máquinas e equipamentos, de insumos, de serviços e de mão-de-obra nacionais, considerando os respectivos encargos sociais. Estabelece ainda, que não será considerado, para efeito de cômputo de gastos mínimos acima referidos, a aquisição, no mercado interno, de bens importados ou, de bens nacionais com significativa participação de bens importados, ou, ainda,

a aquisição de produtos de outras empresas também localizadas em ZPE ou de empresa estrangeira.

As ZPEs brasileiras justificavam-se por permitir a atração de investimentos estrangeiros diretos - IED, a criação de empregos, o incremento da competitividade das exportações, a difusão tecnológica, o fortalecimento do balanço de pagamentos, além de contribuírem com a redução dos desequilíbrios regionais, promovendo então o desenvolvimento do País. (VASQUEZ, 2009, p.229)

A proposta de implantação destas zonas no Brasil adotada, então, como parte de uma política econômica inovadora, dado o novo perfil que os mercados emergentes estão dando aos blocos econômicos que se formam entre os países no mundo, como o exemplo, dos NIC's Asiáticos e a China, traduzia a ideia de que estas trariam várias contribuições para a economia e o desenvolvimento do país. Pereira analisa a implantação das ZPEs no Brasil, como política de desenvolvimento comercial e de desenvolvimento regional.

As ZPEs inspiradas na experiência das plataformas de exportação dos NIC's asiáticos, foram criadas por decreto em 1988, com a intenção de inaugurar uma nova forma de integração brasileira com o mercado internacional. No entanto, só ganharam impulso após 1990, ao se vislumbrar nelas um dos mecanismos de promoção de desenvolvimento nas regiões mais atrasadas face ao fim dos incentivos regionais. (PEREIRA, 1992, p.13)

De acordo com a definição que PEREIRA (1992), as ZPEs contribuiriam de forma significativa para melhorar as relações de equacionamento do desenvolvimento regional, uma vez que a partir da implantação destas em áreas específicas do território, permitirão a atração de investimentos para áreas mais distantes dos grandes centros econômicos brasileiros, como por exemplo, no Norte-Nordeste. Os defensores desta ideia consideram que graças ao aumento do emprego, aos estímulos à produção local, à qualificação de mão-de-obra e à difusão de tecnologia moderna, as ZPEs teriam uma importância extraordinária para desenvolver o Nordeste, uma vez que o Norte do país já conta com a ZFM, que possibilita o equacionamento das relações de desigualdade com o restante do país.

O modelo das ZPEs garantiria o crescimento auto sustentado da região Norte-Nordeste, livrando-a do extremo grau de dependência do Centro-Sul. Todo esse incremento de atividade econômica (indústria, fornecedores e serviços complementares) resultaria em um substancial aumento do nível de renda regional, elevando os patamares de consumo e poupança existentes, e, indiretamente, reduziria expressivamente o fluxo migratório para o Centro-Sul, e em longo prazo, poderia haver até mesmo a reversão.

Baseado nos dados oferecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportações (CZPE) existem 23 unidades de ZPE no Brasil, sendo 11 criadas até 1994 (Tabela 3) e 12 criadas no âmbito da Lei 11.508/2007 (Tabela 4)

Tabela 3 – ZPEs criadas até 1994

Denominação da ZPE	Município/ Estado
ZPE de Araguaiana	Araguaiana/Tocantins
ZPE de Barcarena	Barcarena/Pará
ZPE de Cáceres	Cáceres/Mato Grosso
ZPE de Corumbá	Corumbá/Mato Grosso do Sul
ZPE de Ilhéus	Ilhéus/Bahia
ZPE de Imbituba	Imbituba/Santa Catarina
ZPE de Itaguaí	Itaguaí/Rio Grande do Sul
ZPE de João Pessoa	João Pessoa/Paraíba
ZPE de Rio Grande	Rio Grande/Rio Grande do Sul
ZPE de São Luís	São Luís/ Maranhão
ZPE de Teófilo Otoni	Teófilo Otoni/Minas Gerais
ZPE de Vila Velha	Vila Velha/Espirito Santo

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MDIC, 2012

Tabela 4 – ZPEs criadas no âmbito da Lei nº 11.508/2007

Denominação da ZPE	Município/ Estado
ZPE de Acre	Senador Guiomard
ZPE de Aracruz	Aracruz/Espírito Santo
ZPE de Bataguassú	Bataguassú/Mato Grosso do Sul
ZPE de Barra dos Coqueiros	Barra dos Coqueiros/Sergipe
ZPE de Boa Vista	Boa Vista/Roraima
ZPE de Fernandópolis	Fernandópolis/São Paulo
ZPE de Macaíba	Macaíba/Rio Grande do Norte
ZPE de Parnaíba	Parnaíba/Piauí
ZPE de Pecém	São Gonçalo do Amarante/Ceará
ZPE do Sertão	Assú/Rio Grande do Norte
ZPE de Suape	Jaboatão dos Guarapes/Pernambuco

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MDIC, 2012.

Analisar os modelos nacionais e internacionais das ZPEs faz-se necessário não somente para verificação de experiências, como para aplicação dos mesmos quando da necessidade de expansão das exportações brasileiras, especialmente apontado neste trabalho o Estado do Ceará,

considerado privilegiado por sua posição geográfica estratégica para alcançar os países da Europa e dos Estados Unidos, facilita-se ao comércio exterior e ao desenvolvimento do turismo.

Segundo o Granzotto (2002), as ZPEs brasileiras caracterizam-se como zonas francas industriais fechadas. Em alguns Estados elas são públicas (totalmente pertencentes ao governo estadual); em outros, privadas (foram licitadas e passadas a grupos privados); e, na maioria dos casos, mistas (pertencentes aos governos estadual e municipal, associados a grupos privados).

“Zona franca industrial fechadas é uma categoria genérica na qual podem ser incluídas quase duas dezenas de denominações distintas, utilizadas por diferentes países, para designar áreas especiais onde não se aplicam as regulamentações e os gravames aduaneiros normais da economia. As mercadorias que nelas transitam (ou nelas são produzidas) são consideradas como não tendo ingressado (ou não tendo sido produzidas) no território aduaneiro do país” (GRANZOTTO, 2002, p. 38).

A comercialização da produção das ZPEs brasileiras, ficariam distribuídas na seguinte proporção, 80% seria comercializado no exterior e 20% seria comercializado no país.(BRASIL, 2007) Dessa forma, pode-se concluir que as ZPEs brasileiras caracterizam-se como uma área de livre comércio especialmente delimitada, destinada à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados quase que exclusivamente no exterior e as empresas nelas instaladas têm regime aduaneiro e cambial especial.

5.1.2 As pretensões das Zonas de Processamento de Exportação no Brasil.

A política para a liberação de áreas destinadas às ZPEs dentro de território brasileiro e a efetivação de empresas dentro destas, faz parte de uma inovadora visão que os simpatizantes da ideia das ZPEs tentam demonstrar e aplicar na economia nacional.

As ZPEs produziram imediata e completa abertura, além de desburocratizar enrosques tributários que se fazem presente na legislação brasileira, fazendo parte então de uma estratégia necessária para viabilizar determinadas atividades e atrair investimentos que não poderão esperar (sob o risco de perdê-los) a conclusão de uma liberalização que não tem prazo para se completar. É o caso típico da atração de grandes produtores de componentes eletroeletrônicos, que tanto preocupa o governo brasileiro, e que seria naturalmente viabilizada com as ZPEs.

Os benefícios auferidos pela economia e pela nação seriam a promoção do desenvolvimento de regiões marginalizadas industrialmente, com a criação de empresas e, conseqüentemente, a expansão de postos de trabalho para a população circunvizinha a estas áreas.

O incentivo ao investimento produtivo estrangeiro com a entrada de novas empresas, o aprendizado tecnológico trazido pelos novos ramos de indústrias e o aumento das exportações, conseqüentemente objetivando uma melhora no saldo da balança comercial, fazem das ZPEs um instrumento de política industrial muito promissor. (GRANZOTTO, 2002, p. 53)

Além de todos impactos positivos na economia que a implantação das ZPEs possibilitaria, ainda podemos levantar a possibilidade que através de mecanismos de políticas públicas direcionadas para a ampliação da competitividade de empresas brasileiras, em especial as pequenas e médias, em um possível cenário internacional. O sucesso de grande parte das maiores empresas brasileiras está ligado aos mercados financeiros internacionais, aos investimentos externos e aos modernos padrões de Governança Corporativa. Assim, a implantação da ZPE em novo modelo, atende aos interesses dos investidores internacionais e surge como uma alternativa, sobretudo, porque atende aos princípios de promoção de desenvolvimento econômico e social de organizações internacionais, por distribuir a renda, assegurar um retorno adequado aos investidores externos, e contribuir para uma expansão mais balanceada das exportações nacionais a longo prazo.

A ZPE pode ser utilizada para viabilizar o aumento das exportações do Estado que ela for instalada. A realização de gastos mínimos no mercado doméstico; o livre acesso ao desenvolvimento tecnológico de máquinas e insumos importados; a isenção de impostos indiretos e a liberdade cambial são condições favoráveis para o aproveitamento da ZPE no atingimento dos objetivos de equilíbrio no balanço de pagamentos, de empregabilidade e de desenvolvimento do Estado.

5.2 A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As desigualdades regionais em um país com as dimensões do Brasil, se constitui um dos maiores e mais difíceis desafios a serem enfrentados pelo planejamento para o desenvolvimento econômico. Observando o equacionamento das diferenças regionais existentes no país, o Governo Federal adotou uma série de medidas que possibilitam o desenvolvimento econômico, dentre essas medidas, a industrialização é uma forma de possibilitar o desenvolvimento de outras regiões do país. Entrelaçadas a essa política, o governo adota uma postura de financiador de grandes projetos estruturantes, principalmente pra região Nordeste.

A concentração de atividades econômicas em regiões específicas de uma nação, torna-se um entrave e uma preocupação crescente para os governantes, uma vez que, para que seja obtido de um nível de desenvolvimento nacional equilibrado precisa-se de uma ampla gama de

políticas públicas que possibilitem a descentralização da economia. Haddad e Thompson (1997) comentam que;

“O fenômeno da existência de regiões dentro de um mesmo país, que mostram diferentes níveis de desenvolvimento econômico, é bastante conhecido em todo mundo. O Brasil é um dos países que, frequentemente, é mencionado como exemplo nos estudos de desigualdades regionais e como um caso de dualismo extremamente grave, onde as diferenças econômicas e sociais, entre o Norte, Nordeste e o Centro - Sul são bem amplas, seja em termos absolutos, seja em termos relativos, por comparação à situação em outros países” (Economia Regional, 1989 pág.58-59).

De acordo com o que Eduardo da Silva cita em seu trabalho, os desequilíbrios regionais retratam diferentes padrões de desenvolvimento para diferentes áreas de uma mesma economia. Isto é, a ocorrência de dualismos regionais deve-se essencialmente a maneira desigual como se repartem geograficamente os fatores de produção e investimento. Para estes casos, a experiência brasileira de políticas de desenvolvimento regional é um exemplo já consagrado. (SILVA, 1997)

Desenvolvimento econômico, no conceito formalizado por Coelho (1996, p.48) significa,

"um plano de ação coordenado, descentralizado e focalizado, destinado a ativar e melhorar, de maneira sustentável, as condições de vida dos habitantes de uma localidade, e no qual o desenvolvimento estimula a ampla participação de todos os atores relevantes". (COELHO, 1996, pág. 48)

5.2.1 A experiência da Zona Franca de Manaus.

A Zona Franca de Manaus - ZFM, criada por meio da Lei nº 3.173, de 1957, alterada pelo Decreto-Lei nº 288, de 1967, no contexto do projeto geopolítico do Governo Militar de busca de integração e desenvolvimento de todo o território nacional, parece fornecer elementos que indicam que estão certos aqueles que defendem a política de industrialização utilizada pelos militares para viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e as cidades de Macapá e Santana, no Amapá), promove a melhor integração produtiva e social da região ao país, garantindo a soberania nacional sobre suas fronteiras, desenvolvimento econômico, criação de novos postos de trabalho e desenvolvimento regional. (SUFRAMA, 2014)

No que se refere a essa afirmação, a ZFM pode ser definida como uma área de livre comércio de importação e de exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar, no interior da Amazônia, um centro industrial, comercial e agropecuário

dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento. (GRANZOTTO, 2002, p. 78)

O objetivo da ZFM é criar um polo de desenvolvimento na região amazônica através do comércio de produtos importados e da implantação gradativa de um moderno parque industrial, com indústrias voltadas para atender não só à região, mas também e principalmente os grandes centros consumidores. (GRANZOTTO, 2002, p. 79).

Contudo, fica perceptível que o objetivo da ZFM é possibilitar na Amazônia Ocidental um modelo de desenvolvimento econômico aliado à proteção ambiental, proporcionando melhor qualidade de vida às suas populações.

A ZFM compreende três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário, o primeiro teve maior ascensão até o final da década de 80, quando o Brasil adotava o regime de economia fechada. O industrial é considerado a base de sustentação da ZFM. O Polo Industrial de Manaus - PIM possui aproximadamente 600 indústrias de alta e média tecnologia gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos, principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico. Entre os produtos fabricados destacam-se: aparelhos celulares e de áudio e vídeo, televisores, motocicletas, concentrados para refrigerantes, entre outros. O polo Agropecuário abriga projetos voltados à atividade de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, beneficiamento de madeira, entre outras. (SUFRAMA, 2014).

Para regular o comércio, o governo disponibilizou uma série de estruturas de controle aduaneiro que possibilitam que o Estado gerencie as transações que são praticadas na ZFM. Sendo assim, fez-se necessário a instalação das alfândegas do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes e do porto de Manaus que controlam e fiscalizam a entrada e a saída de mercadorias importadas, bem como da saída de qualquer mercadoria com destino ao exterior ou ao restante do Território Nacional. O art. 39 do Decreto-lei n.º 288/67 dispõe que será considerado contrabando a saída de mercadoria da ZFM sem a autorização legal expedida pelas autoridades competentes. (SUFRAMA, 2014)

Além de sua importância econômica, social e ambiental para a região, a Zona Franca representa uma considerável fonte de recursos para o governo brasileiro, tendo sido responsável, no ano de 2008, por mais de 58,60% de toda a arrecadação da 2ª Região Fiscal, formada por todos os estados do Norte, menos Tocantins. Arrecadou em 2012, 54% de toda a

receita federal nos sete estados da Região Norte, comprovando ser um modelo de sucesso. (SUFRAMA, 2014)

Ainda no âmbito da ZFM, observam-se políticas de apoio ao desenvolvimento técnico-científico que viabilizam o desenvolvimento de uma massa crítica capaz de gerar base tecnológica eficiente e atender às demandas atuais e futuras à consolidação do PIM. Isso implica na criação de mecanismos de suporte aos projetos nas áreas de biotecnologia e agroindústria, cujo potencial regional é incontestável.

Essas estratégias tornam-se de fundamental importância quando observamos o constante aumento da produção dos bens intermediários no mercado nacional e internacional e a constante concorrência ao modelo que se amplia de maneira assombrosa. Como estratégia para concorrer nesse cenário, é fundamental a adoção de alguns programas e procedimentos, como Programa prioritário de P&D (para absorção de investimentos da Lei nº 8.387/91) para alavancar o desenvolvimento tecnológico, a formação e a capacitação de recursos humanos na região. Fixação do Processo Produtivo Básico (PPB) verticalizando das cadeias de produção do PIM. Formação de uma Aliança Estratégica de Inteligência Competitiva a partir da reunião e integração de competências e organizações de base científica e tecnológica. (SUFRAMA, 2014)

Contudo, a implantação da ZFM é de fundamental importância para o equacionamento das relações de desequilíbrio econômico da região Norte com o restante do país, tendo em vista que se pode notar um grande avanço econômico e social na região. Com essa percepção, pode-se destacar que os principais objetivos que motivaram a instalação da ZFM foram alcançados.

Conforme mostram as tabelas 5 e 6, podemos notar o crescimento econômico que o modelo possibilita para a região, além da possibilidade do desenvolvimento tecnológico através da regionalização de produtos destinados às indústrias do PIM.

Tabela 5: Faturamento, mão-de-obra e investimentos no pólo industrial de Manaus — 2002-07

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Faturamento (US\$ milhões)	9.105	1.053	13.961	18.564	22.858	25.677
Mão de Obra direta e indireta	63.645	68.843	89.024	97.936	98.732	101.023
Investimentos totais de projetos aprovados (US\$ milhões)	1.100	1.900	2.380	5.470	2.550	3.550

FONTE: Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Tabela 6: Índice de nacionalização e regionalização da ZFM

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Nacionalização	47,77	46,96	50,54	51,56	50,34	51,14
Regionalização	27,75	29,25	32,37	32,57	31,90	29,47

FONTE: Superintendência da Zona Franca de Manaus.

5.3 A IMPORTÂNCIA DA INSTALAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DO PECÉM.

Quando falamos em desenvolvimento econômico regional, não podemos nos referir somente ao desenvolvimento gerado a partir do desenvolvimento nacional, e sim, ao desenvolvimento proporcionado por vários agentes locais, por exemplo, a sociedade civil, os empresários e o governo estadual ou municipal, na busca de se identificar potencialidades e se apontar estratégias que induzam ao desenvolvimento de um determinado local ou região.

Sendo assim, faz-se necessário a busca de espaços dotados com as melhores condições de estímulo ao desenvolvimento local, com vantagens derivadas da ampla disponibilidade de mão de obra, adequada infraestrutura, capacidade de inovação e de reinvenção produtiva, são os principais desafios para a melhoria da competitividade da economia de uma região.

A partir dessas constatações, percebe-se que o Governo do Ceará vem buscando, há algum tempo, maneiras de tornar a economia do cearense mais competitiva. Através de políticas públicas que favorecem a atração de investimento em diversas frentes.

Nesse contexto, a criação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém -CIPP foi motivada na perspectiva da formação de um novo espaço econômico no estado, voltado para o desenvolvimento do parque industrial do Ceará e de sua área de influência regional, através da construção de um Porto e de um Complexo Industrial, cuja dinâmica está centrada na instalação de indústrias âncoras, que serão determinantes para a produção global de um sistema de indústrias que se instalarão no Complexo, tais como a usina siderúrgica, a refinaria de petróleo, as usinas termelétricas, a unidade de regaseificação de gás natural liquefeito GNL e um centro de tancagem de combustíveis, além de abrigar a ZPE do Pecém, que situa-se dentro de sua área de influência. (IPECE, 2014)

No que se refere a essas motivações, constata-se que o CIPP foi desde o início pensado como um dos instrumentos chave para dinamizar e desenvolver a economia cearense. Apoiado no porto do Pecém, o complexo desenhado ao seu redor abrigará empreendimentos estruturantes capazes de redefinir os patamares de crescimento e os níveis de desenvolvimento econômico percebidos hoje no Estado.

De acordo com os estudos desenvolvidos por diversas consultorias, existem várias áreas de influência do CIPP, com diferentes amplitudes,

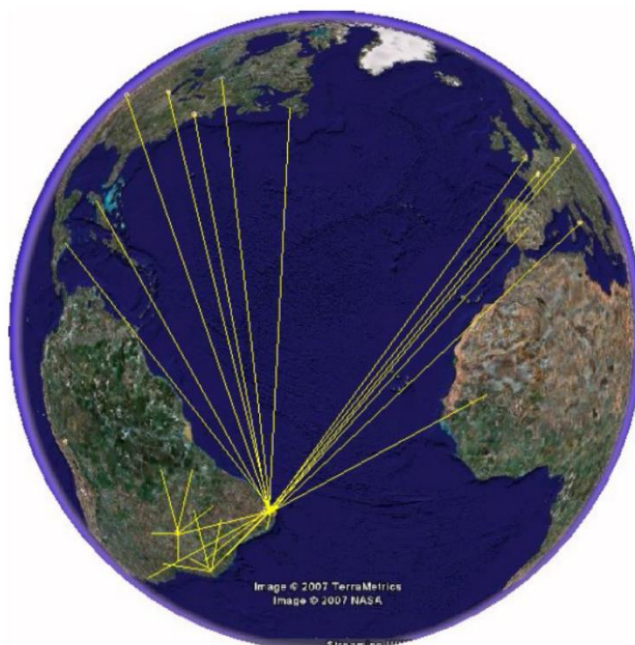
- Área de Influência Direta, que abrange os municípios onde o CIPP está localizado - Caucaia e São Gonçalo do Amarante, sobretudo no distrito do Pecém -, considerando-se as suas inter-relações com Fortaleza;
- Área da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), que sofrerá alterações de direcionamento de seus vetores de desenvolvimento;
- Área de Atratividade de Mão de Obra, que abrange, além dos dois municípios da área direta e a da RMF, os municípios de Pentecostes, São Luiz do Curu, Paraipaba, Paracuru, alcançando Itapipoca (estudo NUPELD/ DET/UFC);
- Área da Zona de Influência Regional das atividades portuárias, que extrapola os limites estaduais - no Nordeste, até a Bahia (com a exportação de frutas de Petrolina-Juazeiro), e, no Norte, até o Pará (com a importação de mercadorias);

5.3.1 O Complexo Industrial e Portuario do Pecém

Como já falado anteriormente, o CIPP surgiu como elemento capaz de fundamentar e atender as demandas industriais e empresariais, visando o desenvolvimento do parque industrial do Ceará e do Nordeste.

Criado em 1995, o CIPP está situado nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, litoral oeste do Ceará, distante a 50 km de Fortaleza. O complexo possui uma área de 13.337 hectares, dos quais 7.101 hectares (53,25%) pertencem a Caucaia; e 6.235 hectares (46,75%) pertencem ao município de São Gonçalo do Amarante. Ocupando posição geográfica estratégica em relação aos principais mercados mundiais, como os da Europa e Estados Unidos, e aos que se apresentam em boas perspectivas de crescimento, como o da África, o complexo torna-se de fundamental importância para dinamizar as relações comerciais e o desenvolvimento da região em que está instalado. Conforme ilustra a figura 1, mostrando a posição privilegiada do CIPP, podemos observar sua localização estratégica. (IPECE, 2014)

Figura 1: Posição geográfica do CIPP



Fonte: Google Maps, 2014. Elaborado pelo Autor.

As principais vias de acesso ao CIPP, vindo de Fortaleza, são pela CE-085 ou pela BR-222. As CE 421 e 156 limitam a área do Complexo pelo leste e oeste, respectivamente, podendo as duas ser tomadas tanto pela BR-222 quanto pela CE-085. (IPECE, 2014)

O Complexo limita-se ao Norte com terrenos particulares e com a zona de amortecimento da Estação Ecológica do Pecém; ao Sul com a rodovia BR-222; a Leste com a CE-421; e a Oeste com a CE-156.

O Governo do Estado do Ceará possibilitou uma série de infraestruturas necessárias para que o complexo pudesse abrigar empresas que atuam em diversos ramos, p.ex. geração de energia, fábrica de auto geradores e componentes, cimento e argamassa, fábrica de pás de rotores para turbinas de geração eólica, suplementos para alimentação animal, derivados de petróleo etc. Dentre essas estruturas, podemos destacar uma Ferrovia localizada paralelamente à rodovia industrial, tendo como ponto final o terminal intermodal, conectando o lado Sul do CIPP à linha férrea da Transnordestina LogAS, que tem sentido Leste-Oeste. Rodovia estadual (CE-422), no sentido Norte-Sul, e uma rodovia turística (CE-085), no sentido Leste-Oeste. Ainda existe a CE-421, no sentido Norte-Sul, que liga a Vila do Pecém à localidade de Primavera (Caucaia/BR-222); e a CE-156, que liga o distrito de (Caucaia) à Praia da Taíba (São Gonçalo do Amarante). (IPECE, 2014)

O sistema de abastecimento de água bruta, consistindo no sistema adutor Sítios Novos/Pecém, composto por canal adutor (23,5km de extensão); estação de bombeamento principal; adutora principal de recalque; e reservatório de compensação e adutora complementar de distribuição. (IPECE, 2014)

Tubulação para abastecimento de gás natural – tubulação do gasoduto GASFOR, construído pela Petrobras, e a tubulação que interliga o terminal de GNL, no Porto do Pecém, até a UTE Termo Ceará.

O sistema de correias transportadoras tem 6 km de extensão e capacidade para movimentar 2.400 t/hora, equivalendo a 200 caminhões/hora (12 toneladas de carga cada). Destinam-se ao transporte de minérios de ferro e carvão mineral do berço de contêineres do Píer 1 do Terminal Portuário até o pátio de estocagem das empresas que utilizarão o minério. Realizam o transporte com tecnologia de baixo impacto ambiental (fechada hermeticamente), nos modelos que já são utilizados em outros portos. (IPECE, 2014)

O Sistema Elétrico é composto por 3 subestações: Subestação da CHESF (200 MVA/ 230 KV); Subestação do Pecém 40 MVA/ 69 KV – Coelce); Subestação do Terminal Portuário (20 MVA/ 69 KV – Coelce) e 1 subestação de 200 MVA.

O terminal portuário está localizado em uma área estratégica para a movimentação de cargas para a Europa e Estados Unidos. O terminal foi projetado como um porto *off shore*, ou seja, permite a atracação de navios a certa distância da costa, dando por isso acesso a navios de maior calado, com capacidade para transportar grandes cargas.

O porto conta com um Terminal de Insumos e Produtos Siderúrgicos e Carga Geral (PÍER 1), um Terminal de Petróleo/Derivados e Granéis Líquidos (PÍER 2), ponte de acesso de 2.142 metros de extensão, pátio de armazenagem de cargas e píer de rebocadores. Em 2011, o Porto do Pecém foi líder nacional em movimentação de frutas e calçados; o segundo no transporte do algodão; e o terceiro em produtos siderúrgicos.

A administração e a exploração estão a cargo da Companhia de Integração Portuária do Ceara (CEARÁPORTOS), constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, sob controle acionário do Governo Estadual. (IPECE, 2014)

5.4 AS MOTIVAÇÕES DA INSTALAÇÃO DA ZPE DO PECÉM

Conforme abordado no capítulo anterior, o CIPP está inserido numa área de 13.337 hectares, a 50Km de Fortaleza, no litoral oeste do Estado do Ceará; conta com infraestrutura

necessária para implantação de projetos estruturantes e tem capacidade para receber navios de grande calado (até 17 metros de profundidade), atrelado a um sistema intermodal de carga e, ainda, sua localização é privilegiada para os mercados da Europa e Estados Unidos - vantagem que permite ao Terminal Portuário do Pecém ser inserido em diversas rotas internacionais.

A grande estratégia econômica do Governo do Estado do Ceará, segundo Régis Dias (CEARÁ, 2003) é “a internacionalização da economia do Estado.” Sendo assim, a adoção de ZPEs em seu território torna-se uma estratégia fundamental importância para dinamizar as relações comerciais com o mercado internacional.

As ZPEs, como já mencionado, caracterizam-se, como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas preponderantemente para a produção de bens a serem comercializados no exterior. No caso de cumprimento do desempenho exportador, as empresas industriais autorizadas a operar em ZPE gozarão de tratamento tributário, cambial e administrativo diferenciados. (LEGITUMUS, 2006, pág. 245)

A ZPE do Pecém surge nesse cenário como ator principal, fazendo parte da atuação governamental para possibilitar a atração de grandes empresas que estão interessadas, a princípio em desburocratizar a comercialização da produção com o exterior. Dado que as Leis Tributárias nacionais têm grandes entraves, que em diversos momentos tornam-se motivo de grande preocupação.

O reflexo dos investimentos trazidos com esses projetos e o resultado da produção gerada por eles abrem perspectivas de aumento substancial no Produto Interno Bruto (PIB) do estado nos próximos anos. Para que isso se concretize, o governo estadual tem procurado oferecer infraestrutura adequada de logística e de mão de obra, visando receber as empresas. "Não cabe analisar por que demorou, mas ressaltar por que hoje estamos vivendo esse momento", disse o titular da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (Seplag), Eduardo Diogo. (ALCE, 2012)

O secretário também destacou a preocupação do governo do estado em formar profissionais para trabalhar na siderúrgica e demais empresas que serão atraídas pelo empreendimento, citando o centro de treinamento técnico-corporativo no Pecém. Será formada toda a mão de obra que seja demandada pelos empreendimentos, com foco na siderúrgica e refinaria." Houve diversos estudos para apontar as demandas da área: "O governo teve o cuidado de identificar quais os profissionais demandados por esses empreendimentos e prover a capacitação". (ALCE, 2006).

Para além da questão de infraestrutura logística e de preparação da mão de obra local para ocupar os postos de trabalho que surgirão com os novos empreendimentos, a região terá também de se preparar para outros efeitos que impactarão substancialmente a área. De acordo com estudos do próprio governo do estado, em dez anos, a população de São Gonçalo do Amarante, que hoje gira em torno de 44.000 habitantes, deverá chegar a 180.000. Para se ter uma ideia dessa dimensão, na última década o município acrescentou apenas 10.000 pessoas à sua população. (SEPLAG,2012)

Para o presidente da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação - ZPE Ceará, Eduardo Macêdo (2013), o Ceará está vivendo um momento histórico, pois a ZPE do Pecém é a primeira em operação no Brasil e torna-se de fundamental importância para atração de investimentos industriais para a região do Complexo Industrial.

O Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), grande defensor da implantação da ZPE do Pecém, ressalta que a ZPE possibilitará, além da atração de grandes investimentos, uma grande mudança no cenário econômico da região. Uma vez que se pode constatar a forte atuação governamental para promover o desenvolvimento da infraestrutura necessária para a instalação de grandes empreendimentos. Vale ressaltar que quando esteve à frente do Governo do Estado, o Senador Tasso, articulou a instalação da ZPE no Ceará, e possibilitou a construção do Porto do Pecém. (SENADO, 2007)

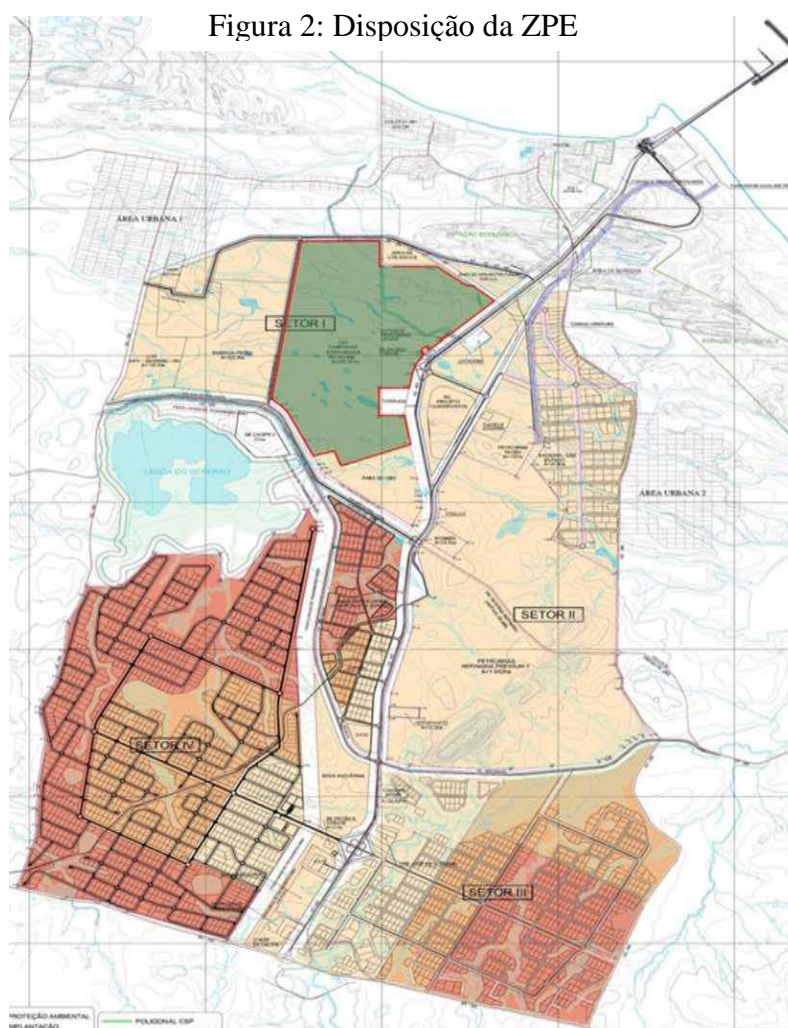
Contudo, os impactos esperados que a ZPE do Pecém promova na economia em que ela está alocada são;

- Aumento das exportações e do saldo do balanço comercial;
- Entrada de divisas,
- Atração de novas empresas e investimentos estrangeiros,
- Geração de emprego,
- Aumento de renda,
- Aumento na arrecadação estadual,
- Desenvolvimento local e regional
- Preservação do meio-ambiente

5.4.1 Características da ZPE do Pecém

A ZPE do Pecém está inserida dentro das instalações do CIPP, localizada no setor I e II, atualmente sua área abrange cerca de 4.271ha, e já conta com o alfundegamento de sua totalidade. Sendo assim, a ZPE conta com toda a infraestrutura herdada do CIPP. A figura a seguir retrata qual é a disposição da ZPE.

Na área que a ZPE está instalada já podemos observar a instalação de empresas como a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), empresa-âncora da ZPE, que a priori tem a intenção de se beneficiar dos benefícios concedidos pelo modelo. A CSP representa um investimento de US\$ 1,7 bilhão e deverá produzir três milhões de toneladas de chapas de aço por ano no segundo semestre de 2015. A segunda empresa a ser instalada na ZPE é a Vale Pecém, que beneficiará minérios das minas que servirão de insumos à CSP. (BANCO ITAÚ, 2011)



A ZPE é administrada pela Empresa Administradora da ZPE do Pecém S.A. Emazp), criada pela lei estadual nº14.794, de 22/09/2010. A empresa tem caráter pessoa jurídica de direito privado na forma de sociedade de economia mista.

Sendo assim, conta com amplos benefícios concedidos pelo governo para o seu funcionamento, dentre eles, podemos destacar:

Suspensão de tributos no mercado nacional, IPI, COFINS e PIS/PASEP.

Para importação, II, IPI, CONFINS – Importação, PIS/PASEP – importação e AFRMM, sendo assim, os impostos suspensos serão convertidos em alíquota zero ou terão isenção.

Além de ainda haver a possibilidade de isenção do ICMS nas importações e nas compras no mercado interno. Dispensa de licença ou autorização de outros órgãos (exceto controle sanitário, de segurança nacional e proteção de meio ambiente). Ainda, a ZPE possui localização estratégica em relação a logística internacional, obtendo dessa forma vantagens comparativas e vantagens absolutas para promover a comercialização de seus produtos.

Como já definido anteriormente, a ZPE já conta com toda a estrutura necessária para funcionamento, dentro elas, podemos destacar os 21km de cerca monitoradas, segurança então garantida para a proteção produção, armazenamento de todos os produtos que estiverem dentro dos limites da ZPE, o que torna de grande atrativo para os investidores.

6 ANÁLISE DE DADOS REFERENTES AO CRESCIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DA ZPE.

Neste capítulo, torna-se de fundamental importância analisar dados referentes à área que compõem os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. A análise consiste num levantamento de dados referentes ao desempenho da economia, a partir da implantação do Complexo, sendo assim, serão avaliados dados relativos ao crescimento econômico e o comportamento destes no período que compreende os anos 2007-2011.

Com isso, esse capítulo demonstrará as transformações econômicas e sociais que a economia da região está sujeita a partir da implantação do Complexo. Há necessidade de destacar que o Governo tem fundamental importância nesse processo, uma vez que o poder de execução de obras públicas que beneficiem a população passa, prioritariamente, pela gestão dos governantes. Dito isso, a partir do maior volume de recursos financeiros disponíveis na economia, pode-se ter substanciais melhoras no desenvolvimento regional.

Contudo, faz-se necessário demonstrar comportamento dos aspectos econômico e sociais respectivamente.

Os aspectos econômicos demonstram; o comportamento do Produto Interno Bruto - PIB; a participação por setor econômico em relação ao PIB nessa economia; a evolução dos empregos formais e diversos fatores que podem influir no comportamento dessas variáveis.

6.1 ASPECTOS ECONÔMICOS

O nível da atividade econômica na região que compõe o Complexo, principalmente nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante vem revelando uma tendência crescente, apresentando patamares do Produto Interno Bruto (PIB) cada vez mais elevado, porém, em alguns períodos o nível não parece tão pujante, motivados pelo desaquecimento do setor industrial.

O PIB da região tem demonstrado um crescimento exponencial nos dois municípios apresentados, acumulando em Caucaia um crescimento em 2011 de 120% em relação ao ano de 2007. Assim como São Gonçalo do Amarante, que acumula um crescimento de 136% no mesmo período.

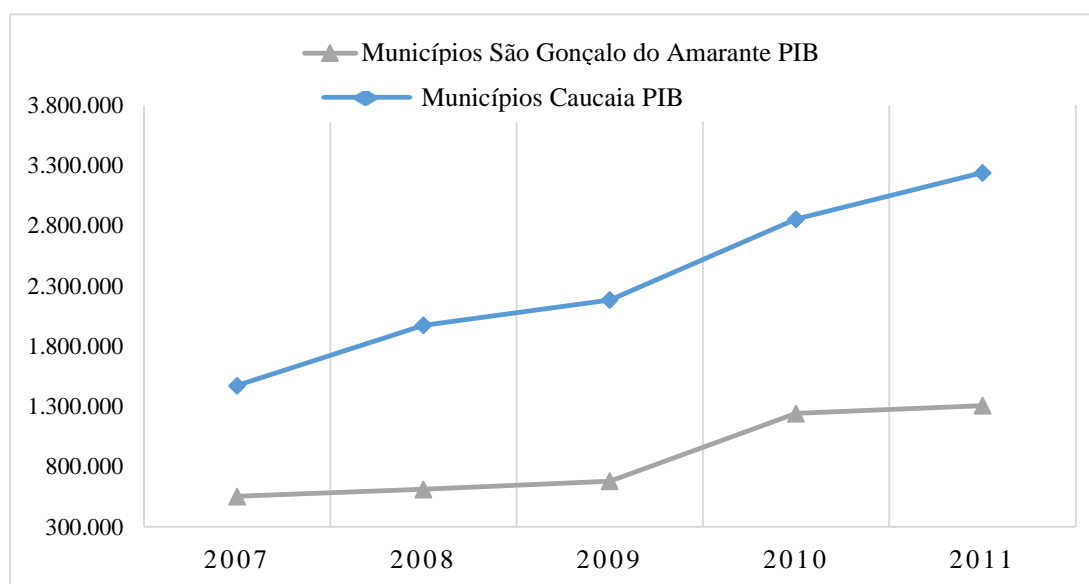
Tabela 7: Evolução do PIB na Região 2007-2012

Ano	Municípios			
	Caucaia		São Gonçalo do Amarante	
	PIB	Varição(Base:2007)	PIB	Varição(Base:2007)
2007	1.471.921	100%	552.886	100%
2008	1.973.210	134%	611.545	110,6%
2009	2.182.801	148,3%	679.220	122,8%
2010	2.854.139	193,9%	1.240.601	1124,3%
2011	3.239.403	220%	1.306.241	2136,2%

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - caged lei 4.923/65, elaborado pelo autor.

De acordo com o Gráfico 1, onde podemos observar na demonstração ano a ano o comportamento do PIB, há uma tendência de alta a partir do ano 2010, quando as atividades econômicas na região mostram-se mais aquecidas, possivelmente impulsionado pelo início da estruturação das atividades da ZPE.

Gráfico 1: Demonstração da Evolução do PIB – 2007-2012.



Fonte: IBGE, Censo 2010. Elaborado pelo autor.

Na tabela 8, em termos setoriais em relação ao PIB, os serviços eram dominantes no município de Caucaia até a indústria começar a promover um bom incremento na participação, que se dá a partir dos inícios das atividades do Complexo Industrial. Pode-se notar uma forte participação no setor industrial no município de São Gonçalo, esse aumento se deu com o início

das atividades da Companhia Siderúrgica do Pecém –CSP. Em sua primeira fase de operação, a CSP irá produzir 3 milhões de toneladas de placas de aço por ano.

Ainda em relação ao comportamento da participação setorial no PIB, pode-se vislumbrar em um cenário futuro, que a tendência da participação do setor industrial torne-se ainda mais importante e apresente altas consideráveis. Muito disso baseado no início das atividades infraestrutura para a Refinaria Premium II da Petrobrás, que está sendo implantada na região e que terá a capacidade para processar 300 mil barris/dia de petróleo. Segundo informações encontradas no site da empresa, seus produtos possuem designação Premium por possuírem baixos teores de enxofre, o que serve de forte atrativo no mercado internacional. Os produtos que serão produzidos na refinaria serão óleo diesel, querosene de aviação (QAV), nafta petroquímica, GLP (gás de cozinha), bunker (combustível para navio) e coque.

Tabela 8: Participação setorial do PIB na região 2007-2012

Ano	Municípios					
	Caucaia			São Gonçalo do Amarante		
	Agropecuária	Industria	Serviços	Agropecuária	Industria	Serviços
2007	2,15%	29,82%	68,03%	14,90%	19,63%	65,47%
2008	1,90%	32,19%	65,91%	15,39%	21,15%	63,46%
2009	1,57%	32,42%	66,01%	12,66%	29,77%	57,57%
2010	1,30%	38,13%	60,57%	4,74%	54,96%	40,30%
2011	1,12%	31,74%	57,83%	4,71%	51,71%	43,58%

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - caged lei 4.923/65, elaborado pelo autor.

No que se refere a empregos formais, o setor de serviços é um grande demandador em Caucaia, mas tende a perder importância com o forte crescimento da construção civil, motivada possivelmente, pela construção das infraestruturas do Complexo. Em São Gonçalo, constata-se a forte expansão em todos os setores analisados, com substancial diminuição da participação da agricultura, como mostra a Tabela 9.

Nesse cenário, há a perspectiva que o setor industrial e a construção civil avancem substancialmente, de acordo com o aumento na produção e com os empregos que serão disponibilizados com a construção de novas fábricas e estruturas necessárias. Além, de o Governo possivelmente passar a ser grande demandador de obras estruturantes, como p.ex. saneamento básico, escolas, rodovias etc.

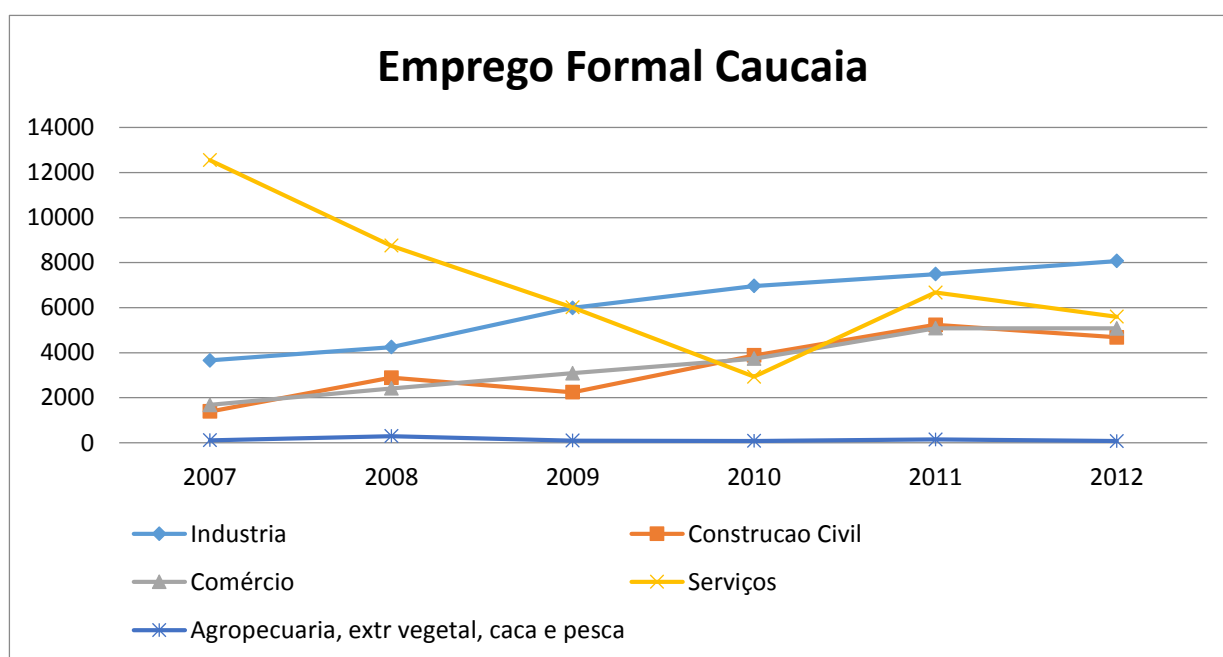
Tabela 9: Empregos Formais por Setor Econômico na Região 2007-2012

Setor	Caucaia			São Gonçalo do Amarante		
	2007	2012	(%)	2007	2012	(%)
Industria	3.658	8.076	120,78	436	1.089	149,77
Construção Civil	1.391	4.685	236,81	677	5.972	782,13
Comércio	1.679	5.077	202,38	103	615	497,09
Serviços	12.553	5.598	-55,41	376	1.330	253,72
Agropecuária, Ex. Vegetal	110	78	-29,09	250	154	-38,40
Total	19.391	23.514	21,26	1.842	9.160	397,29

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - caged lei 4.923/65, elaborado pelo autor.

De acordo com o que pode-se observar no gráfico 2, houve uma grande perda no setor de serviços e ainda uma tendência de alta do setor industrial.

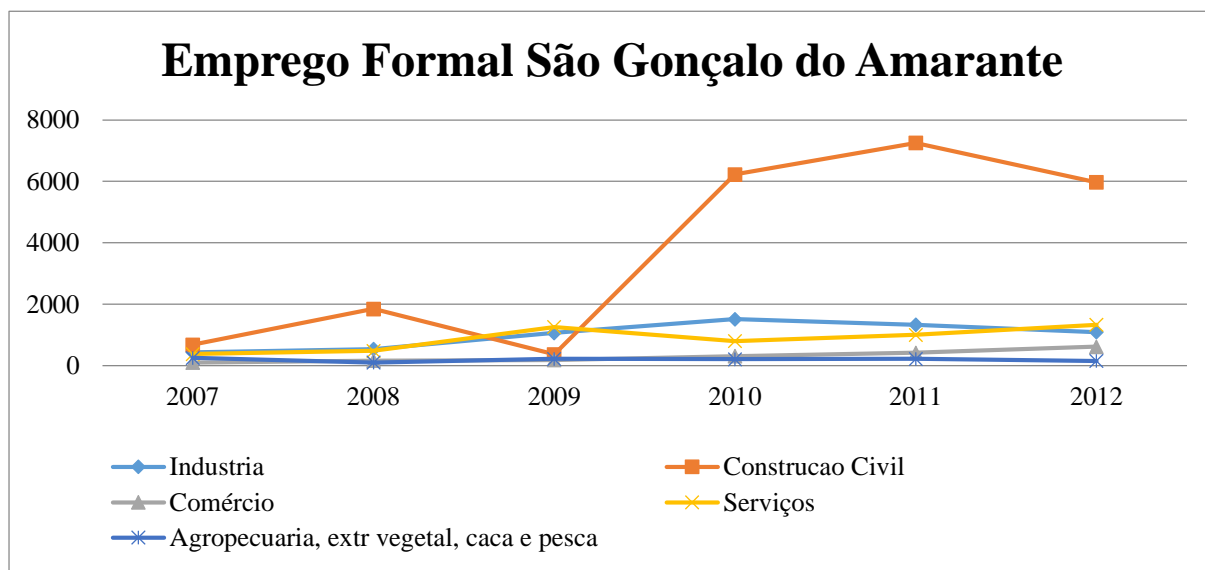
Gráfico 2: Evolução do emprego formal em Caucaia.



Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - caged lei 4.923/65. Elaborado pelo autor.

O gráfico 3 mostra o comportamento dos empregos no município de São Gonçalo do Amarante. Podemos avaliar um exponencial aumento no nível de emprego na construção civil no período analisado, porém, com breves oscilações. Sendo assim, pode-se concluir que as obras de infraestrutura para receber a ZPE estão avançando de forma célere, dado que o período que fica mais evidente o aumento dos empregos é exatamente no período de 2010 em diante.

Gráfico 3: Evolução do emprego formal em São Gonçalo do Amarante.



Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - caged lei 4.923/65. Elaborado pelo autor.

A maior parcela do emprego formal é de pessoas do gênero masculino. Em Caucaia, no período 2007 a 2010, não houve discrepância de crescimento entre os gêneros, diferente do que ocorreu em São Gonçalo do Amarante, quando o masculino teve crescimento excepcional em relação ao feminino.

Tabela 10: Empregos Formais por Sexo na Região – 2007-2012

Municípios	Masculino			Feminino		
	2007	2012	(%)	2007	2012	(%)
Caucaia	11246	18221	62,02	8145	5293	-35,02
São Gonçalo do Amarante	1606	7981	396,95	236	1179	399,58

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - caged lei 4.923/65, elaborado pelo autor.

A tabela 11, a seguir, mostra a relação Empregos Formais/Faixa Etária. Pode-se constatar que a faixa etária com o maior número de empregados, em Caucaia é a de 30 a 39 anos, em São Gonçalo essa faixa etária se modifica para a faixa de 25 a 29 anos. Já a que apresenta as menores taxas de crescimento, é a de menos de jovens de 18 a 24 anos, respectivamente.

Tabela 11: Empregos Formais por Faixa Etária na Região – 2007-2012

Faixa Etária	Municípios					
	Caucaia			São Gonçalo do Amarante		
	2007	2011	(%)	2007	2011	(%)
18 a 24	7492	8132	8,5	568	2771	387,8
25 a 29	4286	5175	20,7	396	2475	525,0
30 a 39	4612	6393	38,6	509	3101	509,2
40 a 49	2161	3285	52,0	254	1318	418,9
50 a 64	708	1430	101,9	101	532	426,7

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - caged lei 4.923/65, elaborado pelo autor.

A população com ensino médio completo lidera o emprego formal, no município de Caucaia, embora os trabalhadores que possuem entre a 6ª e a 9ª série detenham forte presença, esse comportamento se dá pela maioria dos empregos formais estarem distribuídos em sua grande maioria nos setores industriais e de construção civil. No município de São Gonçalo do Amarante, o cenário observado é outro, apesar de os trabalhadores com ensino médio completo ainda aparecerem com grande participação, nota-se o substancial aumento nos trabalhadores entre a 6ª e a 9ª série e os trabalhadores com ensino fundamental completo, esse comportamento se dá pela forte expansão da construção civil, que normalmente é composta por profissionais sem grande qualificação. Mas também podemos notar um substancial aumento entre os trabalhadores que possuem nível superior completo ou que ainda estão por completar.

Tabela 12: Empregos Formais por Nível de Escolaridade na Região do CIPP – 2007-2012

Escolaridade	Caucaia			São Gonçalo do Amarante		
	2007	2012	(%)	2007	2012	(%)
Analfabeto	215	226	5,12	49	65	32,65
Até 5ª Incompleto	869	1535	76,64	229	545	137,99
5ª Completo Fundamental	905	748	-17,35	241	406	68,46
6ª a 9ª Fundamental	1302	2128	63,44	332	1157	248,49
Fundamental Completo	2237	3422	52,97	245	1779	626,12
Médio Incompleto	913	2705	196,28	166	663	299,40
Médio Completo	11146	11267	1,09	490	4025	721,43
Superior Incompleto	854	657	-23,07	21	158	652,38
Superior Completo	950	826	-13,05	69	362	424,64

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - caged lei 4.923/65, elaborado pelo autor.

Outro indicador importante é a arrecadação municipal, apesar de não constar nessa análise por não ter acesso a todos os dados, a receita tributária de São Gonçalo do Amarante aumentou 3.166% no período 2007-2010.

6.2 ASPECTOS SOCIAIS

A partir da análise dos dados que envolvem as variáveis de renda, emprego, e PIB, podemos constatar que a implantação dos modelos, impactou de maneira positiva sobre a economia da região. Sendo assim, é necessário analisar a movimentação dos dados que se referem a evolução da população, habitação, saneamento e saúde, respectivamente.

A população que se encontra na região de Caucaia é predominantemente Urbana, o que se caracteriza pela característica econômica da região. O município de São Gonçalo do Amarante tem uma população ainda bem equilibrada, sem grandes distorções entre a população urbana e rural. Mas essa característica tende a se modificar de acordo com a evolução do parque industrial. Conforme mostra a tabela 13 a seguir.

Tabela 13: População residente na região por sexo e situação de domicílio - 2007-2010

Municípios	População residente				
	Total	Sexo		Situação do domicílio	
		Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Caucaia	324.738	159.175	165.563	289.918	34.820
São Gonçalo do Amarante	43.947	22.382	21.565	28.581	15.366
Total	368.685	181.557	187.128	318.449	50.186

Fonte: IBGE, Censo 2010. Elaborado pelo autor.

O aumento do contingente demográfico da área, possivelmente, se deu em detrimento do componente migratório que se expande na região, motivado pelas oportunidades de empregos que surgem nessa economia.

Tabela 14: Densidade Demográfica e taxa de Urbanização na região – 2000-2010

Municípios	Densidade Demográfica		Taxa de Urbanização (%)	
	2000	2010	2000	2010
Caucaia	203,68	265,4	90,3	65,02
São Gonçalo do Amarante	42,68	52,64	62	89,18

Fonte: IBGE, Censo 2002 e 2010. Elaborado pelo autor.

Entre 2000 e 2010, registra-se aumento da densidade demográfica em ambos os casos. Quanto à taxa de urbanização, constata-se uma ligeira queda no município de Caucaia. Esse comportamento está relacionado ao componente migratório, que aplica-se nessa localidade pela proximidade do município de São Gonçalo do Amarante.

Tabela 15: População por Faixa Etária na região – 2007-2011.

Municípios	Caucaia			São Gonçalo do Amarante		
	2007	2011	(%)	2007	2011	(%)
18 a 24	7492	8132	8,54	568	2771	387,85
25 a 29	4286	5175	20,74	396	2475	525
30 a 39	4612	6393	38,62	509	3101	509,23
40 a 49	2161	3285	52,01	254	1318	418,9
50 a 64	708	1430	101,98	101	532	426,73

Fonte: IBGE, Censo 2010. Elaborado pelo autor.

A faixa etária que predomina é a de 15 a 64 anos, ou seja, a que se acha em idade ativa, ou seja, que, em termos demográficos, significa baixa razão de dependência. Isto significa que a proporção da população dependente (jovens de 0 a 15 anos e idosos de 65 anos e mais) em relação à ativa (de 15 a 64 anos) é bastante baixa. Conforme definição de Barbara Gontijo (2014).

A taxa de analfabetismo também reduziu nos últimos dez anos, em proporção maior do que do Estado. Em Caucaia, houve uma redução de 19% para 12,9% entre 2000 e 2010, essa tendência se observa também no município de São Gonçalo, quando a taxa reduziu de 30% para 20,2%. Em contra partida, no Estado houve redução de 26,5 para 18,8, portanto, menor do que o percentual observado na região.

Segundo informações disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população analfabeta da área diminuiu nos últimos dez anos. Essa proporção é maior do que a evolução do Estado do Ceará.

Habitação e Saneamento

Nas tabelas 17, 18, 19 20 e 21, respectivamente, pode-se constatar que houve substancial melhora no que se refere aos requisitos básicos de infraestrutura urbana. Dessa forma, presume-se que em grande parte, esta melhora é diretamente ligada a adoção de políticas públicas direcionadas as infraestruturas da região.

Tabela 17: Número de Domicílios na região 2000-2010.

Ano	Caucaia		São Gonçalo do Amarante	
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.
2000	59.380	100	8.319	100
2010	82.709	139,3	11.971	143,9

Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010. Elaborado pelo autor.

Tabela 18: Domicílios com Energia Elétrica na região – 1991-2000-2010

Ano	Caucaia	São Gonçalo do Amarante
1991	79,91	49,6
2000	97,4	85,68
2010	99,41	98,48

Fonte: IBGE, Censo 1991, 2000 e 2010. Elaborado pelo autor.

Tabela 19: Percentual da população atendida com coleta de lixo na região 2000-2010

Ano	Caucaia	São Gonçalo
2000	75,51	48,29
2010	82,48	70,89

Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010. Elaborado pelo autor.

Tabela 20: Percentual dos domicílios atendidos com abastecimento de água pela rede pública 2000-2010.

Ano	Caucaia	São Gonçalo
2000	64,71	33,49
2010	81,64	50,25

Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010. Elaborado pelo autor.

Tabela 21: Percentual dos domicílios atendidos com esgotamento sanitário pela rede Pública 2000-2010

Ano	Caucaia	São Gonçalo
2000	27,07	2,87
2010	39,35	17,8

Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010. Elaborado pelo autor.

Vale ressaltar que o esgotamento sanitário é de fundamental importância nos índices de saúde pública, uma vez que a falta desse impacta diretamente na qualidade da água que a população tende a consumir. Sendo assim, o saneamento deve merecer atenção muito especial ante as perspectivas que se descortinam com a realização dos grandes investimentos e consequente adensamento populacional. Contudo, pode-se destacar que a partir da implantação

do Complexo há uma considerável melhora no que se refere as áreas mencionadas anteriormente.

Saúde

Não diferente dos dados apresentados anteriormente, a saúde também apresenta nível de desenvolvimento animador. Pode-se constatar uma constante evolução no desenvolvimento quando se compara o ano de 2000 com 2010. O número de médicos por mil habitantes apresentou uma constante evolução no período, tanto no município de Caucaia, quanto no município de São Gonçalo do Amarante. Disto isto, conclui-se que a implantação do Complexo impactou de maneira positiva no que se refere a avanços na área da saúde.

Tabela 22: Número de Médicos/mil habitantes na região. 2000-2004-2008-2009-2011.

Ano	Caucaia	São Gonçalo do Amarante
2000	1,04	0,76
2004	1,03	0,62
2008	0,76	0,71
2009	0,88	0,84
2011	1,03	1,45

Fonte: Secretaria de Saúde do Ceará (SESA). Elaborado pelo autor.

Tabela 23: Número de Enfermeiros/mil habitantes na região. 2000-2004-2008-2009.

Ano	Caucaia	São Gonçalo do Amarante
2000	0,44	0,59
2004	0,62	0,85
2008	0,71	0,78
2009	0,83	0,77
2011	0,97	0,93

Fonte: Secretaria de Saúde do Ceará (SESA). Elaborado pelo autor.

Apesar de verificarmos avanços no que se refere a oferta de profissionais/mil habitantes na área de saúde, Há preocupações dos que atuam no complexo e seus arredores, quanto a investimentos em saúde; estes consideram indispensável avançar nesse sentido, uma vez que quando as plantas-âncoras estiverem operando em total capacidade e as ofertas de empregos estiverem totalmente preenchidas, faz-se necessário a existência de hospital de referência nas proximidades.

Educação

Quando o assunto é educação, o Governo parece trabalhar no sentido de viabilizar estruturas que podem servir como propulsor na oferta de mão de obra, possibilitando através dessas medidas, que a população residente concorra aos empregos ofertados, mesmo aqueles que demandam uma melhor especialização. Podemos constatar em seguida, medidas tomadas pelo governo para oferecer qualificação para a população.

Caucaia

Conforme informações colhidas dos órgãos envolvidos com o desenvolvimento da educação no Estado, o município de Caucaia no ano de 2009 contava com 398 unidades escolares, sendo 30 estaduais, 264 municipais e 85 particulares. Os estabelecimentos de ensino do município qualificam-se quanto ao Ensino Infantil, Fundamental e Médio, a maioria mantida pelo poder público municipal.

O número de alunos matriculados no município de Caucaia no ano de 2009 foi de 94.098, sendo 15.605 na educação infantil, 58.169 no ensino fundamental, 14.153 no ensino médio e 6.171 na educação de jovens e adultos. O município contava com 3.106 professores.

São Gonçalo do Amarante

A educação no município de São Gonçalo do Amarante, no ano de 2009, contava com 56 unidades escolares, sendo 07 estaduais, 39 municipais e 10 particulares. Os estabelecimentos de ensino do município qualificam-se quanto a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio da rede pública e privada.

O número de alunos matriculados no município de São Gonçalo do Amarante no ano de 2009 foi de 13.902, sendo 2.284 na educação infantil, 8.365 no ensino fundamental, 2.550 no ensino médio e 713 na educação de jovens e adultos. O município contava com 387 professores. (SEDUC, 2010)

Atualmente o município conta com um Centro Vocacional Técnico - CVT de São Gonçalo do Amarante, ofertando cursos de formação inicial nas áreas agropecuária, indústria, comércio, informática, construção civil, meio ambiente, gestão, química e recursos pesqueiros e na área técnica oferta curso na área de metalúrgica e materiais. (SEDUC, 2010)

Dispõe, ainda, de curso de formação digital, ofertado pelo Programa Garagem Digital parceria entre o CENTEC e a Fundação Abrinq e HP Brasil. Possui ainda uma estrutura da

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS através do SINE/IDT, onde é ofertado curso de informática.

Na área de Ensino Superior o município dispõe de uma unidade da Universidade Vale do Acaraú – UVA que ministra cursos na área de educação. Na estrutura do CVTEC também são ofertados cursos de graduação nas áreas de Licenciatura e Bacharelado através da Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Contudo, a partir da observação da análise dos dados, percebe-se que o desempenho do desenvolvimento regional se deu com maior impulso a partir do início das atividades do complexo industrial. Sendo assim, constata-se que a estratégia de desenvolvimento que o Governo do Estado do Ceará adotou, possibilita a atração de investimentos para a região e tornou de fundamental importância para dinamizar o desenvolvimento econômico e social. Dito isto, o modelo obteve boa participação no desempenho da economia e inicialmente obteve avaliação positiva no que se refere a diminuição do nível de desigualdade regional.

7 CONCLUSÃO

A partir do levantamento histórico sobre o processo de industrialização brasileiro, pode-se concluir que o Governo atua em diversos momentos como grande agente propulsor de políticas públicas que possibilitam o desenvolvimento econômico e regional do país. No período dos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek, constata-se que o Governo Federal teve grande contribuição para a formação da indústria nacional, adotando políticas que possibilitavam a realização ou a atração de investimento externo na formação do parque industrial.

A partir do governo Sarney, quando entra em debate a inserção das ZPEs no país, nota-se que há um amplo embate entre os representantes regionais sobre os benefícios que estas poderiam trazer para economia brasileira. Provocando em alguns críticos a desconfiança que o modelo poderia causar graves problemas a indústria nacional. Este se alongou até pouco tempo.

Por acreditar que a implantação de ZPEs seria de grande importância para alavancar o desenvolvimento regional, o Governo do Estado do Ceará trabalhou de forma organizada, no sentido de disponibilizar as estruturas necessárias para a implantação em seu território. Apropriando-se de todo seu poder de articulação no cenário nacional, o governo conseguiu a liberação para a instalação do ZPE do Pecém.

Contudo, entende-se como avaliação geral do que o trabalho se propôs, e apropriando-se da análise de dados realizada, que a partir da implantação do CIPP e da ZPE do Pecém, a economia da região afetada que compreende os municípios de Caucaia e São Gonçalo, aparenta comportamento positivo, mostrando grande evolução no desenvolvimento econômico e social, além da melhoria de infraestruturas urbanas.

Sendo assim, o desenvolvimento regional está avançando de maneira satisfatória, com estrutura organizada e sem grandes disparidades no território. Ao que tudo indica, o modelo permite a maior eficácia por parte do governo, no sentido de disponibilizar obras que satisfaçam os investidores estão instalados no empreendimento sirvam como atração para os que ainda tendem a se instalar. Dessa forma, ocasionando melhorias na qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico**. Fortaleza: Banco do Nordeste S. A., 1998.

Associação Brasileira de Zonas de Exportação, 2010.

Disponível em: <http://www.abrazpe.org.br/noticias.html>>. Acesso em: 20/04/2010.

Associação Brasileira de Zonas de Exportação, 2010. Disponível em: http://www.abrazpe.org.br/DOWNLOADS/comentarios_parecer_casa_civil.pdf. Acesso em: 21/05/2014.

Associação Brasileira de Zonas de Exportação, 2010. Disponível em: http://www.abrazpe.org.br/DOWNLOADS/comentarios_pareceres_fazenda.pdf. Acesso em: 21/05/2014.

Associação Brasileira de Zonas de Exportação, 2010. Disponível em: http://www.abrazpe.org.br/DOWNLOADS/comentarios_clair_martins.pdf. Acesso em: 21/05/2014.

Agência Senado "ZPE do Meio do Mundo", 2007. Disponível em: <http://www.direito2.com.br/asen/>>. Acesso em: 20/06/2014.

BUARQUE, Sérgio Cristóvão. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Ipea, 2010.

COELHO, Franklin Dias. Reestruturação econômica, políticas públicas e as novas estratégias de desenvolvimento local. In: BAVA, Silvio Caccia (Org.). *Desenvolvimento Local*. São Paulo: Polis, nº 25, p.45-68, 1996.

_____. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: 2002. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm. Acesso em: 14 nov. 2014.

_____. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: 2012. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 14 nov. 2014.

ENGMAN, Michael. ONODERA, Osamu. PINALI, Enrico. Exportprocessing zones: past and future role in trade and development. OECD Trade Policy Working Papers, n° 53. OECD publishing, 2007.

Economia brasileira / Antônio Corrêa de Lacerda... [et al.]; organizadores José Márcio Rego, Rosa Maria Marques; colaboração especial Rodrigo Antonio Moreno Serra. 4.ed. — São Paulo : Saraiva, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo; Atlas. 2010.

GRANZOTTO, Alexandre José. Comércio internacional. jul-ago, 2002.
Disponível em: <<http://www.professoramorim.com.br>>. Acesso em: 23 jun. 2006.

IPEA. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Brasília, 2006.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Banco de Dados de Indicadores socioeconômicos da região do CIPP. Disponível em <http://www.ipece.ce.gov.br/cipp/indicadores-socioeconomicos-cipp>. Acesso em: 23 out. 2014.

LINDNER, Eduardo. **As ZPEs Brasileiras: A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul**. 4 vol. Estudos da Integração: Brasília, 1993.

LESSA, Carlos. 15 anos de política econômica. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6. Ed. São Paulo; Atlas; 2005.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Ensaio sobre economia brasileira. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

PEREIRA, Deusamir. Amazônia (IN)sustentável: Zona Franca de Manaus – Estudo e Análise. Manaus: Editora Valer, 2006

SUFRAMA. Resolução n 052, de 01 de agosto de 1967. Amplia a competitividade tecnológica das indústrias de Manaus.

<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-vargas-1951-1954suicidio-de-getulio-pos-fim-a-era-vargas.htm>

SUZIGAN, W., 1986. Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

UNCTAD. Desenvolvimento e Melhoria dos Portos – Os Princípios de Gestão e Organização dos Portos. Conferência das Nações Unidas Sobre o Comércio e Desenvolvimento.1992.

An evaluation of export processing zones in selected Asian countries", ESCAPUNCTC Publication series B No8 United Nations, 1985.

SOUZA, Jackeline Lucas. Abertura de uma zona de processamento de exportação no Ceará e a utilização do Porto do Pecém por empresas exportadoras. 2007. 196f.

SARNEY, JOSÉ. **Hora de crescer: ZPE**. Folha de São Paulo. Opinião. São Paulo. 2007.

VERGARA, S. C. **Gestão de Pessoas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Ryan, Peter F., “The Place of Free Zones in National Export Strategy”, Executive Forum on National Export Strategies, 2002.